

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CCSO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

LUCIMAR MACHADO COSTA

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: Um
estudo sobre uma associação de artesanato.

SÃO LUÍS
2015

LUCIMAR MACHADO COSTA

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: Um
estudo sobre uma associação de artesanato.

Monografia apresentada ao curso de Administração da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Amanda F. Aboud de Andrade.

São Luís
2015

Costa, Lucimar Machado

Empreendedorismo social e economia solidária: um estudo sobre uma associação de artesanato/ Lucimar Machado Costa. – São Luís, 2015.

89fl.

Orientadora: Prof^a. Amanda F. Aboud de Andrade.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Administração, 2015.

1. Empreendedorismo social 2. Economia solidária 3. Associativismo

CDU 65.012.1

LUCIMAR MACHADO COSTA

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: Um
estudo sobre uma associação de artesanato.

Monografia apresentada ao curso de
Administração da Universidade Federal
do Maranhão, como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em
Administração.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Amanda F. Aboud de Andrade (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

1° Examinador (a)

Universidade Federal do Maranhão

2° Examinador (a)

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo e de todos primeiramente a Deus, que pela fé dedicada a Ele torna tudo possível mesmo diante dos tropeços, fragilidades e adversidades, nos momentos de desânimo, angústia e cansaço sempre atendeu as minhas orações e renovou minhas forças para continuar a caminhada.

Nessa caminhada, agradeço a muitas pessoas que, de forma direta e indireta ajudaram-me a finalizar este trabalho, seja através da apresentação de alguma indagação sobre o tema, seja do empréstimo de materiais que me foram fundamentais, seja ainda através das palavras de incentivo.

Aos meus familiares pela compreensão, em especial ao meu pai Diomar e minha mãe Lucia que deram vida a esse sonho, que são meu sustentáculo. Aos meus irmãos. A todos os demais familiares, que sempre mentalizaram positivamente em meu favor e acreditaram no meu sucesso pessoal e profissional.

A Universidade Federal do Maranhão, Campus Bacanga, representado por sua reitoria, aos professores do curso de Administração e demais funcionários, por me proporcionar a realização deste curso. Em especial a prof. Amanda Aboud, que me orientou neste trabalho, suas observações e correções foram extremamente importantes.

A sr^a Sandra Regina, responsável pela Associação Buriti Arte, pela disponibilidade em participar desta pesquisa, que com atenção e generosidade respondeu as perguntas necessárias para alcançar o objetivo deste trabalho.

Às pessoas que conheci ao longo do curso e que se tornaram próximas, em especial Vitor Miranda, que compartilhou do meu estresse durante cada etapa desse trabalho.

Ao meu bem e namorado, Calebe, pelo seu amor e carinho representados pela paciência e compreensão, além do seu incentivo quanto a minha permanência nesse caminho, sempre exaltando a minha capacidade de concluí-lo.

Aos amigos Jorge Luiz, Anderson, Vanessa Lima, Cleber Santos, amigos virtuais do Google Plus, pessoas que incentivaram bastante nos momentos finais da produção.

Por fim, todas essas pessoas são responsáveis pela minha formação moral e por isso imprescindíveis a continuidade do meu crescimento como pessoa e como profissional. A todos o meu MUITO OBRIGADA!

“Por mais egoísmo que se possa atribuir ao homem, há evidentemente alguns princípios em sua natureza que o leva a se interessar pelo destino dos outros e transformar a felicidade dos outros em algo necessário para ele, embora nada resulte em seu benefício a não ser o prazer de presenciá-la”.

Adam Smith

RESUMO

Analisar uma associação de artesanato enquanto ambiente do empreendedorismo social, tendo como objeto de estudo a Associação Buriti Arte, localizada na área industrial de São Luís, Maranhão. O embasamento teórico além de apresentar os fundamentos para alcançar esse objetivo, mostra a relação do empreendedorismo com o empreendedorismo social, ainda mostra que o empreendedorismo social é norteado pela base da economia solidária. O trabalho foi desenvolvido através de um estudo de caso, de caráter qualitativo e exploratório. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com a responsável, e procedeu-se também a análise do Estatuto da Associação com o objetivo de constatar se na atividade desenvolvida pela associação estão presentes as dimensões identificadas no conceito de empreendedorismo social, (missão social, impacto social, inovação social, sustentabilidade e recursos financeiros, modelo de governança e o modo de apropriação do valor econômico), além disso, o trabalho visou conhecer a dinâmica organizacional da Associação. Os resultados desta metodologia mostraram ser perfeitamente possível identificar as dimensões do empreendedorismo social na Associação Buriti Arte e constatar a sua classificação como empreendedora social.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social. Economia Solidária. Associativismo.

RESUMEN

Analizar una asociación de artesanía, mientras que el medio ambiente del emprendimiento social, y como el objeto de estudio de la Asociación de Arte Buriti, ubicada en la zona industrial de São Luís, Maranhão. La base teórica y presenta los fundamentos para lograr ese objetivo, muestra la relación empresarial con el emprendimiento social, también muestra que el emprendimiento social es guiado por la base de la economía solidaria. El trabajo se desarrolló a través de un estudio de caso, cualitativa y exploratoria. Se realizó una entrevista semiestructurada con la responsabilidad, y nos subimos demasiado el análisis del Estatuto de Asociación con el fin de determinar si la actividad desarrollada por la asociación son dimensiones actuales identificado en el concepto de emprendimiento social (misión social, impacto social, la innovación social, la sostenibilidad y los recursos financieros, modelo de gobierno y cómo apropiación de valor económico), además, el estudio tuvo como objetivo conocer la dinámica de organización de la Asociación. Los resultados de esta metodología demostraron ser muy posible identificar las dimensiones y verificar la clasificación de la Asociación Buriti Arte como un emprendedor social.

Palabras clave: Emprendimiento Social. Economía Solidaria. Asociación.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Síntese das abordagens do empreendedorismo social.....	19
Figura 1 - Dimensões das empresas sociais e suas vertentes.....	22
Quadro 2 - Conceitos sobre empreendedorismo social - visão internacional.....	23
Quadro 3 - Conceitos sobre empreendedorismo social - visão nacional.....	24
Quadro 4 - Diferenças entre empreendedorismo empresarial e empreendedorismo social.....	25
Quadro 5 - Características do empreendedorismo social, responsabilidade social empresarial e empreendedorismo privado.....	26
Quadro 6 - Resumo das denominações no campo da economia solidária.....	36
Quadro 7 - Características do associativismo.....	45
Quadro 8 - Principais tipos de associações.....	47
Quadro 9 - Princípios do associativismo e as dimensões do empreendedorismo social.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abicred - Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

EMES - *European Research Network* (Emergence des Enterprises Sociales en Europe) – A Emergência das Empresas Sociais na Europa (Rede de Pesquisa Europeia)

CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária

Cresol – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

EUA – Estados Unidos da América

Fase - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FSM - Fórum Social Mundial

GTBrasileiro - Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária

Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IDAM – Instituto de Desenvolvimento do Artesanato Maranhense

MST- Movimento dos Sem-Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ONG's – Organização Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAC - Projetos Alternativos e Comunitários

Pacs - Instituto de Políticas Alternativas para o Conesul

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	15
2.1	Empreendedorismo Social: um conceito em construção	15
2.1.1	Abordagens do empreendedorismo social.....	19
2.1.2	Diferenças conceituais	23
2.1.3	Dimensões do empreendedorismo social	26
2.2	Modelos de empreendimentos sociais	29
2.2.1	Empreendimentos alavancados e sem fins lucrativos	29
2.2.2	Empreendimentos híbridos e sem fins lucrativos	30
2.2.3	Empresas Sociais	31
2.3	Economia Solidária	32
2.3.1	Os princípios orientadores da economia solidária	37
2.3.2	Economia solidaria no Brasil	39
3	ASSOCIATIVISMO	43
3.1	A identidade do Associativismo	44
3.2	Os princípios do associativismo e as dimensões do empreendedorismo social	48
4	METODOLOGIA	51
4.1	Metodologia qualitativa e exploratória: estudo de caso	51
4.2	Objeto de estudo	52
4.3	Estratégias de coleta de dados	52
5	EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DO CASO: ASSOCIAÇÃO BURITI ARTE	54
5.1	A Associação Buriti Arte – Mulheres de Fibra: história	54
5.1.1	A missão social e o seu impacto social.....	57
5.1.2	Inovação social.....	59
5.1.3	Modelo de governança	60
5.1.4	A sustentabilidade e os recursos financeiros	62
5.1.5	Maneira de apropriação do valor econômico	64
6	CONCLUSÃO	65
6.1	Considerações finais	65
6.2	Limites da pesquisa	68
6.3	Sugestões para trabalhos futuros	68

REFERÊNCIAS	70
ANEXOS	75

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o mundo passou por inúmeras transformações, revoluções industriais, capitalistas, tecnológicas, fatos que contribuíram para o progresso da humanidade. Hoje na era de intensos avanços da tecnologia e da ciência, ainda se percebe que existem indivíduos, boa parte da população mundial, que vivem em extrema precariedade sem acesso a água potável, a eletricidade, não dispendo de saneamento básico, mostrando que a apesar das grandes transformações sociais os mecanismos tradicionais do mercado “fracassaram”, sendo notórios os indícios de um desequilíbrio social. E com o intuito de estabelecer uma sociedade mais desenvolvida, dando mais recursos a estes cidadãos que vivem a margem da sociedade, ações de solidariedade, redes de apoio expressivas no campo da Economia Solidária e do Empreendedorismo Social têm surgido a fim de dar a todos a chance de ter acesso a uma vida digna e sustentável. O desenvolvimento dessas redes de apoio e ações é percebível ao longo do tempo, devido ao contexto de crise econômica, onde estas atividades desligadas do grande capital são exercidas por trabalhadores autônomos, famílias, associações e cooperativas de produção, colaborando para ampliar o "espaço público" de grupos/indivíduos/famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Está pesquisa parte da necessidade de analisar enquanto ambiente do empreendedorismo social a associação pesquisada, pois, devido a questão dos inúmeros problemas sociais, vem se disseminando muitos empreendimentos ligados à economia solidária, porém em contra partida o empreendedorismo social também tem ganhado muito destaque, visto como uma alternativa emergente de modo a gerar autonomia, sustentabilidade e emancipação. Logo, é preciso identificar os empreendimentos que possam se classificar como organização empreendedora social, possibilitando ter mais um meio para o enfrentamento das questões dos problemas sociais, servindo de ambiente catalisador e integrador das formas de cooperação e fortalecimento da solidariedade.

Sendo o problema a ser analisado de grande relevância social e de evidente atualidade, o mesmo se justifica por se tratar de um estudo que visa constatar o ambiente do empreendedorismo social em uma associação. Portanto, este estudo tende a responder o seguinte questionamento: Em que medida uma associação pode ser conceituada como empreendedora social?

Este estudo está norteado nos estudos feitos pelas autoras Almeida (2013) e Ferreira (2013) ambas procuraram analisar o ambiente do empreendedorismo social, a primeira em uma cooperativa enquanto espaço do empreendedorismo social e a segunda se referindo ao voluntariado como promotor do empreendedorismo social. Baseado nesses estudos a referida pesquisa busca compreender da questão de saber se, em que termo uma associação pode ser classificada como empreendedora social, no caso específico uma associação de artesanato, a Associação Buriti Arte, com análise do empreendimento enquanto ambiente do empreendedorismo social com base nas diferentes dimensões que o caracterizam. Para se chegar a essa análise é importante compreender como é que a Associação Buriti Arte segue uma missão social, se o seu desempenho produz impacto social, se ajusta em estratégias inovadoras, especificamente ao nível da sustentabilidade e da obtenção de recursos financeiros, qual o modelo de governança que adota e qual o modo de apropriação do valor econômico que a diferencia.

Diante do contexto desenvolvido, identifica-se que o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a Associação Buriti Arte enquanto ambiente do empreendedorismo social, tal objetivo será atingido por meio dos seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o Empreendedorismo Social;
- Conhecer a dinâmica organizacional da Associação Buriti Arte;
- Identificar dimensões caracterizadoras do empreendedorismo social na associação e
- Constatar a classificação da Associação Buriti Arte como empreendedora social.

Para responder o objetivo geral da pesquisa, a metodologia utilizada é baseada no método do estudo de caso, de caráter qualitativo e exploratório. A recolha de informação fez-se através de uma entrevista detalhada e de documentação.

O presente trabalho encontra-se subdividido em 06 (seis) capítulos, sendo este primeiro desenvolvido até aqui uma parte introdutória ao tema a ser abordado. O capítulo 2 corresponde à revisão teórica, designadamente ao conceito de empreendedorismo social e ao conceito de economia solidaria. No capítulo 3 aborda-se a revisão teórica pautada no associativismo, especificamente, na análise

de suas origens, da sua identidade, dos seus princípios, e da sua relação com as dimensões caracterizadoras do empreendedorismo social. O capítulo 4 apresenta os procedimentos metodológicos que direcionam este trabalho. O Capítulo 5 encontra-se a apresentação e análise do estudo de caso. Por ultimo, este trabalho encerra com as considerações finais, limitações da pesquisa e sugestões para trabalhos futuros.

2 EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O empreendedorismo social é um tema ainda em formação, existe pouca bibliografia e estudos sobre o assunto, principalmente no Brasil com relação a Europa e EUA. Apesar de o tema vir ganhando grande notoriedade, sua definição sem a prática causa certa confusão, significando diferentes coisas para diferentes pessoas, desse modo encontra-se um desafio compreender o que é o tal Empreendedorismo Social, que muitos associam a práticas semelhantes quanto ao objetivo, contudo não são capazes de perceber a sua distinção ao que se refere à atuação. A abordagem adotada nesta pesquisa será do ponto de vista organizacional, onde buscará determinar se uma associação é ou não empreendedora social baseando-se nos princípios orientadores da sua atuação. Estes serão os princípios orientadores da Economia Solidária.

2.1 Empreendedorismo Social: um conceito em construção

Antes de conceituar o empreendedorismo social, precisa-se entender o surgimento e evolução do empreendedorismo. Pois, a delimitação do conceito de empreendedorismo social parte do conceito de empreendedorismo e da economia solidária.

O termo empreendedor surgiu na França, entre os séculos XVII e XVIII. A origem da palavra em inglês *entrepreneur* (empreendedorismo) tem cerca de 800 anos e trata-se do verbo francês *entreprendre*, que significa fazer algo ou empreender. Quanto ao significado etimológico da palavra: entre + prendre, tem-se entre (do latim *inter*) que designa espaço, que vai de um lugar a outro, ação mútua, reciprocidade e interação e pendre (do latim *prehendere*) que significa tomar posse, utilizar, empregar, tomar uma atitude (BOM ANGELO, 2003).

Sobre o primeiro uso do termo empreendedorismo, Hashimoto (2010) fala que foi registrado por Richard Cantillon, no ano de 1755. Cantillon teria utilizado o termo para explicar a receptividade ao risco de se comprar algo por um preço e posteriormente vendê-lo em um regime de incerteza. Contudo, ainda segundo o mesmo autor, o conceito de que o empreendedor é aquele que inicia seu próprio negócio foi convencionado pela definição de Jean Baptiste Say, de 1803, que diz que o empreendedor é aquele que “transfere recursos econômicos de um setor de

produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento” (1803 apud HASHIMOTO, 2010).

Bom Angelo (2003) adota a definição da palavra empreendedorismo encontrada em um relatório da conceituada consultoria Accenture, resultado de uma pesquisa internacional conduzida entre janeiro de 2000 e junho de 2001:

Empreendedorismo é a criação de valor por pessoas e organizações trabalhando juntas para implementar uma idéia por meio da aplicação de criatividade, capacidade de transformação e o desejo de tomar aquilo que comumente se chamaria de risco.(conceito usado no relatório da consultoria Accenture apud BOM ANGELO, 2003, p. 25).

Ainda sobre o primeiro uso do termo empreendedorismo, surgiu quando Marco Pólo, tentou estabelecer uma rota comercial para o Oriente a fim de vender as mercadorias de um homem (capitalista). Com isso, Marco Pólo ficou conhecido como “o aventureiro empreendedor”. Correndo riscos físicos e emocionais a fim de vender as mercadorias (DORNELAS, 2008, p.14).

Segundo Dornelas (2008), ao citar Jeffrey Timmons (1990), em uma de suas apresentações, “o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a revolução industrial foi para o século XX.”.

Visto que de fato foi e está sendo uma revolução na ordem da formação de empresas e negócios. Depois da evolução das teorias administrativas, o aparecimento da prática do empreendedorismo vem com uma nova visão, aperfeiçoando e ajustando o processo evolutivo, estabelecendo-se como o principal fator a fomentar o desenvolvimento econômico de um país.

Sobre a evolução do empreendedorismo no Brasil, Dornelas (2001) diz que, o empreendedorismo ganhou força somente a partir da década 90, com a abertura econômica que propiciou a criação de entidades como o serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Antes desse momento o termo empreendedor era praticamente desconhecido e a criação de pequenas empresas era limitada, em função do ambiente político e econômica nada propícia do país. Contudo, não significa que não existiram empreendedores, deve-se salientar que muitos visionários atuaram em um cenário obscuro, deram tudo de si, mesmo sem conhecerem formalmente finanças, marketing, organização e outros conteúdos da área empresarial, a exemplo, o notável industrial Francisco Matarazzo, e tantos outros que contribuíram para o desenvolvimento da economia do país.

No que se refere ao empreendedorismo social este é um conceito recente, que vem se desenvolvendo. Apesar de o termo ser relativamente novo, a sua essência é antiga. Alguns especialistas apontam até Luter King e Gandi como empreendedores sociais. Devido a decorrente capacidade de liderança e inovação quanto às mudanças em larga escala. No passado, estes eram chamados de “visionários, agentes humanitários, altruístas, reformistas, santos ou simplesmente de ótimos líderes”. (BORNSTEI; DAVIS, 2010 apud FERREIRA BAPTISTA, 2013). Como delinea Oliveira (2003), na literatura não se apresenta de forma direta e explícita sobre a origem do empreendedorismo social, mas sim, como já referido, apenas citam algumas personalidades, que segundo são precursores nessa prática. O mesmo autor complementa que, o que está fazendo a diferença histórica no processo do empreendedorismo social é o termo, as novas configurações, sobretudo o uso de ferramentas de gestão e os princípios de mercado.

Mas pode se dizer que, o empreendedorismo social surge no cenário dos anos 90, em meio a paralelas mudanças positivas decorrentes da globalização, e seus impactos, como o enfrentamento da pobreza, como consequência desse novo contexto, objetivando a redução dos seus danos sentido por grande parte da sociedade.

Tem-se aí um cenário conturbado por grandes descobertas e expansão de outras invenções, como o genoma, a internet, a clonagem, entre outros, que também trazem em seu bojo a constatação do desmatamento, do esgotamento das reservas naturais, da poluição desenfreada, da queda do muro de Berlim, da abertura dos países chamados Cortina de Ferro, da crise do comunismo e do capitalismo, do fim da guerra fria, do início da guerra morna e da eclosão das guerras, não só por interesses territoriais, mas também étnicos, financeiros, do crescimento do terrorismo, da violência, do desemprego etc. (OLIVEIRA, 2008, p.3).

Para Dees (2002) citado por Tavares (p.5, 2008 apud MANCINI; YONEMOTO, 2010, não paginado) “o empreendedorismo social surge de uma falha governamental e filantrópica, sendo que o termo utilizado é novo, mas o fenômeno não”. Como já referido, Oliveira, (2003, p. 200) também confirma ao planejar que, apesar do conceito do empreendedorismo social ser novo, a sua prática já vem sendo realizada há tempos e por distintas pessoas notáveis, e o mesmo autor ainda acrescenta ao dizer que, o novo sentido e significado que o empreendedorismo social vem obtendo decorrem de quatro fatores conjunturais:

- 1) desenvolvimento econômico globalizado, conjuntamente com o crescimento dos problemas sociais;
- 2) crescimento das organizações sem fins lucrativos nas décadas de 60 e 70;
- 3) ineficiência da ação governamental, das organizações e da filantropia na resolução dos problemas sociais;
- 4) crescimento do chamado setor sem fins lucrativos, ou Terceiro Setor a partir da década de 1990 e, conseqüentemente, a redução de fontes e recursos de financiamento, o que conduz a busca de uma nova lógica de gestão para auto sustentabilidade destas organizações e suas missões; (OLIVEIRA, 2003, p. 200)

No Brasil, o empreendedorismo social começa a ter popularidade em 1992, quando foi realizada no Rio de Janeiro a conferência da ONU sobre o meio ambiente e desenvolvimento, que ficou conhecida como RIO-92 ou ECO-92 e o debate em relação ao balanço do desenvolvimento social. A partir desse evento, o foco dos empresários se voltou para a ação social, com a participação do Estado para buscar mecanismo para desenvolvimento do planeta. Porém, o conceito remetia apenas para o desenvolvimento sustentável. Nesse período as organizações começaram a programar e ampliar seus projetos, simplesmente com a intenção de ampliar suas riquezas por meio do marketing social ou meramente por acreditar que é uma obrigação social (MARTINELLI, 1997 apud SANTOS; SILVA et. al, 2011).

Contudo, mesmo tendo o tema do empreendedorismo social começado a ser desenvolvido a partir dos anos 90 aqui no Brasil, com a abertura da economia, ele ainda se encontra em processo de afirmação. No que é perceptível, pode-se dizer que não existe uma disseminação de destaque do tal conceito no país. Para isso, se faz importante uma maior dispersão da educação empreendedora social a qual deve demonstrar o quão indissociável este tema tornou-se para o desenvolvimento da sociedade. Quanto a isso Oliveira (2004, p.16-17) sinaliza que há dois desafios fundamentais a serem enfrentados na construção do empreendedorismo social no Brasil:

- a) **criar capital social**, que é base para elaboração e sucesso das ações do empreendedor social. Considerando o histórico de cultura individualista em nossa sociedade, ou do estilo “o que eu vou ganhar fazendo isso?”, ou da vaidade dos gestores, das organizações públicas, privadas e do terceiro setor, em que prevalece a cultura do tipo, “minhas crianças”, “meus pobres”, cremos que gerar capital social é, hoje, um dos grandes desafios para os empreendimentos sociais;
- b) **empoderamento dos sujeitos do processo** [...] e fazer com que as pessoas, principalmente as excluídas e marginalizadas, tenham uma postura de cidadãos e não de vítimas e comecem a fazer a sua parte sem esperar um “salvador da pátria”. (OLIVEIRA. 2004, p. 16-17, grifo nosso)

Em suma, da questão do que foi citado por Oliveira (2003) todo cidadão deve compreender que o desenvolvimento sustentável de uma sociedade não compete apenas, ao Estado, mas, também, a todos pertencente a ele. Desse modo, a promoção do bem-estar social deve ser resultado da cooperação e ação de cada um em resolver as questões que lhe afligem. E Incluso nesse contexto, surgirão os empreendedores sociais que objetivarão, além da resolução dos próprios problemas, também, a resolução dos que afetam o meio em que vive.

2.1.1 Abordagens do empreendedorismo social

Vale resaltar que, não há uma unanimidade quanto à doutrina do empreendedorismo social, tornando assim qualquer reflexão complexa. A temática do empreendedorismo social tem recebido atenção das doutrinas europeias e norte-americanas, que são consideradas as de mais destaque, contudo existem outras abordagens, com poucos estudos divulgados, a asiática e a latino-americana, que foram apontadas por Moura (2011). Para maior compreensão o quadro 1 resume essas quatro abordagens citadas, mostrando as principais características, os empreendimentos característicos de cada uma e os países de onde se tem mais destaque.

Quadro 1 – Síntese das abordagens do empreendedorismo social

(continua)

ABORDAGEM	CARACTERISTICA	EMPRENDIMENTOS CARACTERISTICOS	PAISES
EUROPEIA	Reforça o caráter coletivo e participativo; Participação dos beneficiários na tomada de decisão e o reinvestimento do lucro na própria organização para potencializar o crescimento e o impacto social; tem como premissa a existência de constante tensão entre obtenção de resultados financeiros e sociais.	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperativas, • Sociedades de auxílio mútuo • Associações 	França, Bélgica, Espanha, Portugal e Itália
NORTE-AMERICANA	Busca enfatizar o uso de mecanismos de mercado para a obtenção de resultados sociais. Iniciativas comercialmente viáveis e socialmente responsáveis, criadas a partir da identificação de oportunidades de mercado para desenvolver produtos com objetivos sociais, e cujos excedentes financeiros são reinvestidos em projetos ou ações de intervenção social	Negócios privados dedicados a produzir bens e serviços com objetivos sociais	E.U.A

Fonte: Elaboração da autora a partir de Moura (2011).

Quadro 1 – Síntese das abordagens do empreendedorismo social (conclusão)

ABORDAGEM	CARACTERÍSTICA	EMPRENDIMENTOS CARACTERÍSTICOS	PAISES
ASIÁTICA	Enfatiza os benefícios sociais das atividades de empresas privadas, sejam elas geridas por acionistas capitalistas, dispostos a abrir mão da maximização dos lucros que percebem, ou geridas por grupos de pessoas em condições de vulnerabilidade social, que se apropriam dos lucros gerados, Forte preocupação com a redução da pobreza e a necessidade prática de impacto social positivo, efetivo e, sobretudo, de longo prazo.	Empresas privadas	Índia
LATINO-AMERICANA	Enfatiza a criação de negócios com propósitos sociais que sejam lucrativos e sustentáveis financeiramente forte preocupação com a redução da pobreza e a necessidade prática de impacto social positivo, efetivo e, sobretudo, de longo prazo.	Cooperativas rurais e urbanas constituídas por famílias ou grupos indígenas	México e Equador
		Cooperativas de ecoconsumo	Uruguai, Argentina, México e Brasil;
		Mercados de trocas solidárias	Argentina, Colômbia, México e Brasil
		Ecovilas de autogestão solidária	Brasil
		Agências de finanças e microcrédito solidário	Bolívia, México, Peru e Brasil
		Instituições de educação cooperativa	Venezuela Colômbia, Argentina e Brasil.
		Agências públicas dedicadas à promoção dos empreendimentos sociais	Colômbia, Equador, Brasil, México e Argentina.
		Redes de comércio justo	Em todo continente

Fonte: Elaboração da autora a partir de Moura (2011).

Assim sendo, com análise no quadro 1, reafirmando mais uma vez, o empreendedorismo social, incorpora experiências que vêm se graduando há algum tempo em várias partes do mundo, como expressão de um movimento social que apresenta características sociológicas e políticas e propõe uma mudança da estrutura capitalista, que não é necessariamente revolucionária, mas que com certeza possui características reformistas (GODÓI-DE-SOUZA, 2010 apud LEAL, 2014).

Como já referido no início desse subcapítulo, as doutrinas de empreendedorismo social Norte-americana e Europeia são as que mais contribuíram para fundamentar o interesse acadêmico e político sobre a temática. Assim é necessário fazer uma breve análise sintetizada dessas duas abordagens. Todavia, pontua-se, que a abordagem europeia é o enfoque desse estudo, logo o destaque para essa doutrina é maior.

A propósito das abordagens norte-americana e europeia, cabe ressaltar que ambas designam na questão de considerarem que a missão do empreendedorismo social é a criação de valor social e não a criação de lucro (DEFOURNY; NYSSSENS, 2010 apud COSTA, SANTOS; AMADOR, 2012).

Sobre o que menciona à doutrina americana, ela assenta em duas escolas de pensamento (DEES; ANDERSON, 2006, p. 41-46 apud FERREIRA, 2013, p. 11-12):

- A “*Social Enterprise School*” (escola dos rendimentos auferidos): centra-se na estratégia principal de gerar rendimentos para servir uma missão social, defende a utilização das atividades comerciais desenvolvidas pelas organizações não lucrativas como suporte à sua missão.
- A “*Social Innovation School*” (escola da inovação social): centra-se no empreendedorismo social que, através da inovação, constitui um meio para alcançar a mudança social, prevalecendo os resultados e o impacto social em prol das receitas. Esta última escola ganhou grande projeção através da organização Ashoka¹ que defende a capacidade do empreendedor social em imaginar soluções inovadoras fazendo com que a mudança social aconteça, ou seja, onde qualquer cidadão se pode tornar num “*changemaker*”.

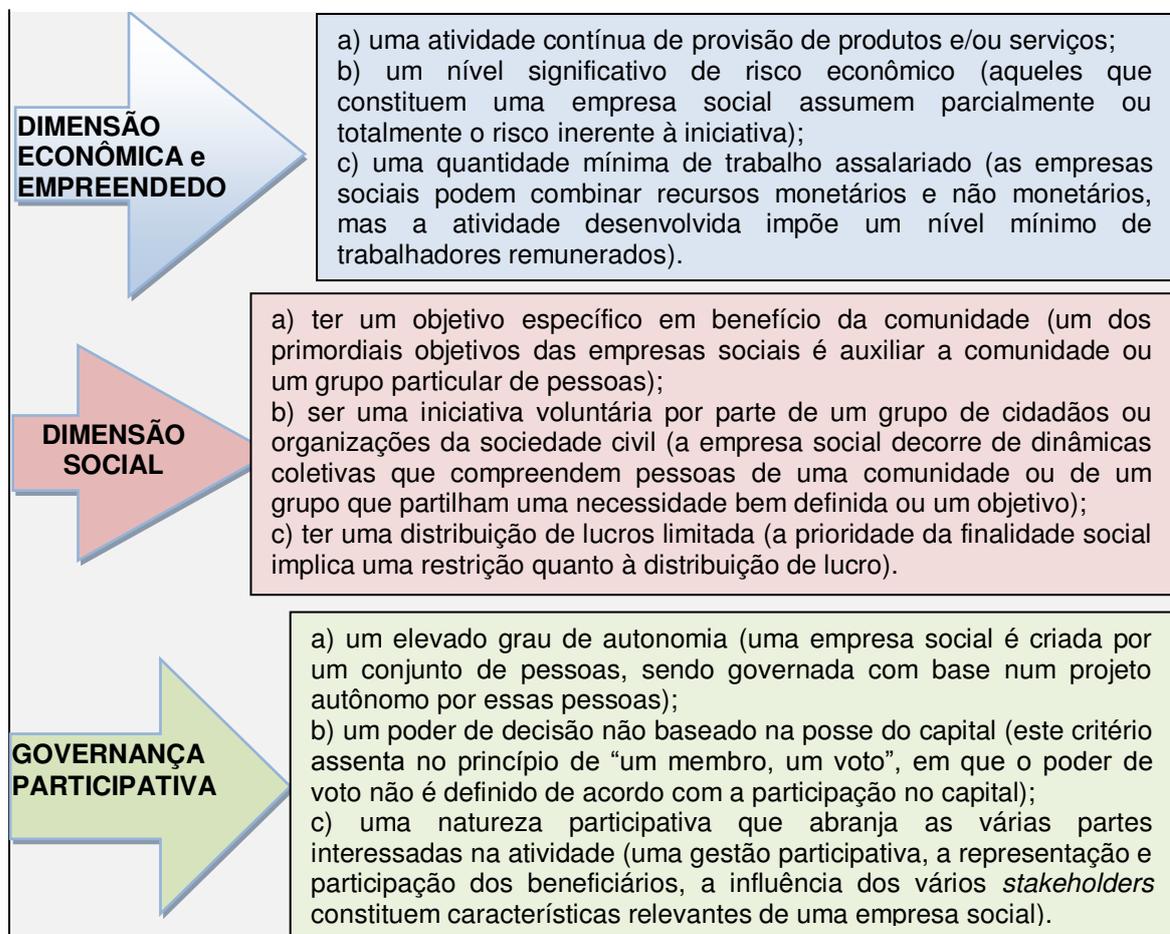
Diferente da abordagem norte-americana a abordagem europeia centra-se na figura da empresa social, adota uma perspectiva organizacional. Associa o conceito de empreendedorismo social às organizações do setor da economia social, surgindo o conceito de “Empresa Social” como o interligamento dos dois conceitos. (FERREIRA, 2013).

Na Europa nos anos 90, precisamente na Itália, aparece o conceito de empresa social na esfera da economia social, sendo literalmente relacionado ao movimento cooperativo. (DEFOURNY; NYSSSENS, 2010 apud COSTA, SANTOS e AMADOR, 2012). Nessa época surgiram vários programas e estudos na área da

¹ Criada em 1980 a Ashoka é uma organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social, trabalho e apoio aos empreendedores sociais. Está presente em mais de 60 países, dentre eles o Brasil, desde 1986. Disponível em: <http://www.ashoka.org.br/sobre-a-ashoka/quem-somos/>>. Acesso em 17 de maio de 2014.

economia social. Destacou-se o programa *EMES² – European Research Network*, o qual assenta num grande dialogo entre variadas disciplinas como economia, sociologia, ciência política e gestão e entre as diversas tradições nacionais presentes na União Europeia. A EMES sublinha que, nas empresas sociais, apontam-se três dimensões: a dimensão econômica e empreendedora; a dimensão social; e a governança participativa (DEFOURNY; NYSSSENS, 2010 apud COSTA, SANTOS E AMADOR, 2012). Nestas dimensões são identificadas várias vertentes (DEFOURNY; NYSSSENS, 2010 apud COSTA, SANTOS E AMADOR, 2012). Tendo em conta cada dimensão a (figura 1) mostra as três dimensões distinguidas nas empresas sociais e as vertentes correspondentes identificadas por elas, estas vertentes correspondem ao que uma empresa social deve ter:

Figura 1 - Dimensões das empresas sociais e suas vertentes



FONTE: Elaboração da autora a partir de Costa, Santos e Amador (2012); Ferreira (2013).

² EMES significa ‘Emergence des Enterprises Sociales en Europe’, o título de um projeto francês conduzido por uma rede de investigação e que decorreu entre 1996 e 2000. A sigla EMES foi mantida quando a rede se tornou uma associação formal internacional e continuou a liderar outros projetos de investigação sobre empresas sociais e, de forma mais abrangente, sobre o terceiro setor. (FERREIRA, 2013)

Tendo essas dimensões destacadas, é norteadas por elas que se poderá classificar uma determinada organização como sendo empresa social ou não. Mais adiante essas dimensões serão planeadas.

2.1.2 Diferenças conceituais

No Brasil o tema empreendedorismo social, ainda não se tem a devida atenção e tratamento científico. As produções são poucas, se compararmos a outros países como EUA e os da Europa, que já possuem uma tradição neste campo, tanto por parte de instituições de ensino e pesquisa como de ONG's (Organizações Não Governamentais), difundindo tanto o conceito como as práticas. A tensão que nota-se na literatura se refere à sua definição exata. O conceito empresarial sobre o empreendedorismo social é complexo, não existindo uma concordância, como citado por Okpara & Halkias (2011, p.6 apud FERREIRA BAPTISTA, 2013). Ao que percebe o empreendedorismo social é um dos conceitos mais incompreendidos na literatura sobre empreendedorismo. Existe muita definição particular a respeito de sua significação. Quanto a isso os quadros 2 e 3 mostram os principais entendimentos do empreendedorismo social na visão internacional e nacional respectivamente.

Quadro 2- Conceitos sobre empreendedorismo social - visão internacional (continua)

ORGANIZAÇÃO	ENTENDIMENTO
School Social Entrepreneurship - SSE, Uk-Reino Unido	"É alguém que trabalha de uma maneira empresarial, mas para um público ou um benefício social, em lugar de ganhar dinheiro. Empreendedores sociais podem trabalhar em negócios éticos, órgãos governamentais, públicos, voluntários e comunitários [...] Empreendedores sociais nunca dizem 'não pode ser feito'."
Canadian Center Social Entrepreneurship - CCSE, Canadá	"Um empreendedor social vem de qualquer setor, com as características de empresários tradicionais de visão, criatividade e determinação, e empregam e focalizam na inovação social [...] Indivíduos que [...] combinam seu pragmatismo com habilidades profissionais, perspicácias."
Foud Schwab, Suíça.	"São agentes de intercambiação da sociedade por meio de: proposta de criação de idéias úteis para resolver problemas sociais, combinando práticas e conhecimentos de inovação, criando assim novos procedimentos e serviços; criação de parcerias e formas/meios de auto-sustentabilidade dos projetos; transformação das comunidades graças às associações estratégicas; utilização de enfoques baseados no mercado para resolver os problemas sociais; identificação de novos mercados e oportunidades para financiar uma missão social. [...] características comuns aos empreendedores sociais: apontam idéias inovadoras e vêem oportunidades,

FONTE: Oliveira, 2004, p. 11.

Quadro 2- Conceitos sobre empreendedorismo social - visão internacional (conclusão)

ORGANIZAÇÃO	ENTENDIMENTO
Foud Schwab, Suíça.	onde outros não vêem nada; combinam risco e valor com critério e sabedoria; estão acostumados a resolver problemas concretos, são visionários com sentido prático, cuja motivação é a melhoria de vida das pessoas, e trabalham 24 horas do dia para conseguir seu objetivo social."
The Institute Social Entrepreneurs - ISE, EUA.	"Empreendedores sociais são executivos do setor sem fins lucrativos que prestam maior atenção às forças do mercado sem perder de vista sua missão (social) e são orientados por um duplo propósito: empreender programas que funcionem e estejam disponíveis às pessoas (o empreendedorismo social é base nas competências de uma organização), tornando-as menos dependentes do governo e da caridade."
Ashoka, Estados Unidos.	"Os empreendedores sociais são indivíduos visionários que possuem capacidade empreendedora e criatividade para promover mudanças sociais de longo alcance em seus campos de atividade. São inovadores sociais que deixarão sua marca na história."
Erwing Marion, Kauffman Foundation	"Empreendimentos sem fins lucrativos são o reconhecimento de oportunidade de cumprimento de uma missão para criar e sustentar um valor social, sem se ater exclusivamente aos recursos."

FONTE: Oliveira, 2004, p. 11.

Quadro 3 - Conceitos sobre empreendedorismo social - visão nacional

AUTOR	CONCEITO
Leite (2002)	"O empreendedor social é uma das espécies do gênero dos empreendedores. [...] São empreendedores com uma missão social, que é sempre central e explícita."
Ashoka Empreendedores Sociais e Mackisey e Cia. INC (2001)	"Os empreendedores sociais possuem características distintas dos empreendedores de negócios. Eles criam valores sociais pela inovação, pela força de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário. Alguns dos fundamentos básicos do empreendedorismo social estão diretamente ligados ao empreendedor social, destacando-se a sinceridade, paixão pelo que faz, clareza, confiança pessoal, valores centralizados, boa vontade de planejamento, capacidade de sonhar e uma habilidade para o improviso."
Melo Neto e Froes (2001)	"Quando falamos de empreendedorismo social, estamos buscando um novo paradigma. O objetivo não é mais o negócio do negócio [...] trata-se, sim, do negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado, a sua estratégia."
Rao (2002)	"Empreendedores sociais, indivíduos que desejam colocar suas experiências organizacionais e empresariais mais para ajudar os outros do que para ganhar dinheiro."
Rouere e Pádua (2001)	"Constituem a contribuição efetiva de empreendedores sociais inovadores cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas."

FONTE: Oliveira, E. (2004, p. 12)

Observa-se que tanto internacionalmente quanto nacionalmente que os conceitos disseminados mostram certa similaridade quanto a visão da origem e aproximamento do empreendedorismo social com a lógica empresarial, visto que a participação crescente das empresas no enfrentamento dos problemas sociais é o principal fator que influencia (OLIVEIRA, 2004).

Ainda sobre os conceitos planados, pode se perceber a diferença do empreendedorismo social com conceitos de Responsabilidade Social Empresarial e o Empreendedorismo privado. Porquanto, segundo a literatura a respeito do tema, ambos têm certa associação na semelhança e até histórica com o empreendedorismo social tendo expressivas diferenças, que ajudam compreender e melhor definir o que seja empreendedorismo social, como afirma Oliveira (2004).

Mesmo o empreendedorismo social a responsabilidade social empresarial e o empreendedorismo privado sendo distintos, por causa de certa semelhança são confundidos. Por causa dessa certa dificuldade de se definir o que é empreendedorismo social, é preciso explicar o que não o define. Nesse sentido Oliveira (2004, p. 12-13) assinala que o empreendedorismo social não é:

responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto constituído e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma **profissão**, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma **organização social** que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial, que já se mostraram inadequadas, não somente para os “ajudados”, mas também para os negócios e para a sociedade, como enfatiza Demo (2002, p.40), “[...] a solidariedade que produz ajuda assistencialista representa fantástico processo de imbecilização”. (OLIVEIRA, E, 2004, p. 12-13, grifo nosso)

Melo Neto e Froes (2002) mostra os principais pontos que diferem e, ao mesmo tempo, apresentam certas semelhanças com o empreendedorismo social, esses comparativos são abordados nos quadros 4 e 5 na devida ordem.

Quadro 4 - Diferenças entre empreendedorismo empresarial e empreendedorismo social

EMPREENDEDORISMO EMPRESARIAL	EMPREENDEDORISMO SOCIAL
1. É individual	1. É coletivo
2. Produz bens e serviços	2. Produz bens e serviços à comunidade
3. Tem o foco no mercado	3. Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais
4. Sua medida de desempenho é o lucro	4. Sua medida de desempenho é o impacto social as potencialidades do negócio e a promovê-las
5. Visa a satisfazer necessidades dos clientes e a ampliar	5. Visa a respeitar pessoas da situação de risco social

FONTE: Melo Neto e Froes (2002).

Quadro 5 - Características do empreendedorismo social, responsabilidade social empresarial e empreendedorismo privado

EMPREENDEDORISMO PRIVADO	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	EMPREENDEDORISMO SOCIAL
É individual	É individual com possíveis parcerias	É coletivo e integrado
Produz bens e serviços para o mercado	Produz bens e serviços para si e para a comunidade	Produz bens e serviços para a comunidade, local e global.
Tem o foco no mercado	Tem o foco no mercado e atende à comunidade conforme sua missão	Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade
Sua medida de desempenho é o lucro	Sua medida de desempenho é o retorno aos envolvidos no processo <i>stakeholders</i>	Sua medida de desempenho são o impacto e a transformação social
Visa a satisfazer necessidades dos clientes e a ampliar as potencialidades do negócio	Visa a agregar valor estratégico ao negócio e a atender expectativas do mercado e da percepção da sociedade/consumidores	Visa a resgatar pessoas da situação de risco social e a promovê-las, e a gerar capital social, inclusão e emancipação social.

FONTE: Adaptado de Melo Neto e Froes (2002)

2.1.3 Dimensões do empreendedorismo social

Percebe-se uma ampla distinção das definições na literatura sobre o empreendedorismo social, contudo é possível identificar dimensões gerais a todas elas. Como já destacado anteriormente, a perspectiva desse estudo quanto ao empreendedorismo social está dirigido na perspectiva organizacional. E Partindo do aspecto organizacional identificam-se seis vertentes, seguindo os estudos feitos pelos autores (ALMEIDA, 2013; FERREIRA, 2013; SANTOS; COSTA; AMADOR, 2012):

A primeira diz respeito a criação de valor social (missão social). Efetivamente, o objetivo do empreendedorismo social é a criação de valor social, através do incentivo de mudança social e/ou reparando as necessidades sociais. O empreendedorismo pode ser considerado como o “processo de criação de valor social, através da combinação inovadora de recursos e da exploração de oportunidades com o fim de (...) responder a necessidades sociais” (MAIR; MARTI, 2006, p. 37 apud COSTA; SANTOS; AMADOR, 2012, p. 41). No sentido de apontar a natureza do valor social, Young (2006) citado por Costa, Santos e Amador (2012, p. 41) “refere-se a este como o resultado de um conjunto de atividades, produtos ou serviços que beneficiam e são valorizadas por pessoas cujas necessidades não estão a ser supridas por outros meios, nomeadamente pelo estado e pelo mercado.”

A missão social manifestada na ideia de valor social concebe desta maneira, uma das fundamentais dimensões caracterizadoras do empreendedorismo social.

A segunda se refere ao impacto social, o que é considerado um diferenciador fundamental (AUSTIN et al. 2006, apud COSTA; SANTOS; AMADOR, 2012). A este desígnio, Dees (2001 apud OLIVEIRA, N., 2013) decorre que o desempenho social, ou seja, o impacto social é indicador da criação de valor e não o lucro e a satisfação do cliente. E que o lucro, a criação de riqueza e a satisfação dos desejos dos clientes, formam elementos para alcançar um fim social e não o fim em si mesmo. Porém, Mair e Marti (2006 apud OLIVEIRA, N., 2013) mencionam que a avaliação do desempenho social (ou impacto social) é um dos grandes desafios para os profissionais e pesquisadores de empreendedorismo social na medida em que a verdadeira dificuldade pode não ser a medida em si, mas a forma como as medidas podem ser utilizadas para quantificar o desempenho e/ou impacto do empreendedorismo social. Também Austin et al. (2006) citado por (COSTA; SANTOS; AMADOR, 2012) indicam que medir a mudança social se transforma numa dificuldade, particularmente, devido a fatores como dimensões temporárias ou diferenças na percepção do impacto social criado.

Outra variação da dimensão caracterizadora do empreendedorismo social é a inovação social. Entende-se por inovação social o conjunto de “atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de satisfazer uma necessidade social e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos efeitos primordiais são sociais” (MULGAN, 2007, p. 8 apud COSTA; SANTOS; AMADOR, 2012, p. 46).

“A inovação social refere-se à inovação tradicional em termos de criação de valor cujo objetivo final é, não só criar valor econômico, como também reforçar a instituição social” (HARAYAMA; NITTA, 2011 apud ALMEIDA, 2013, p.19). Segundo Mulgan (2007) citado por Almeida (2013) a empresa social ou empreendedorismo social são geradores da inovação social, contudo, a inovação social pode ser gerada de outros contextos, sublinhando que, mesmo que o empreendedorismo social envolva muitas vezes a inovação social, são poucos os modelos criados que podem ser copiados. Ainda Costa, Santos e Amador (2012) assinalam ao citar Diogo (2010) que o conceito de inovação social abrange não só os impactos que dela ocorrem, como os processos sociais que sustentam a criação de novas ideias. Acrescentam ainda que de acordo com as abordagens mais atuais do conceito, têm como intuito

mudar a forma como as sociedades pensam os seus problemas, conseguindo a capacitação das populações, de forma a combater a exclusão, promover a justiça e o desenvolvimento.

A quarta dimensão caracterizadora do empreendedorismo social é a sustentabilidade. Para Weerawardena e Mort (2006 citado por OLIVEIRA, N., 2013), assim como os resultados validam o papel primordial da missão social da mesma forma é importante garantir a sustentabilidade, com o esforço constante. Ainda (MAIR; MARTI 2006; OECD, 2010 apud ALMEIDA, 2013, p.20) “no empreendedorismo social, apesar da criação de valor social ser o propósito principal, a criação de valor econômico é imprescindível para garantir a sustentabilidade econômica da iniciativa e autossuficiência financeira”. Assim, Dees (2010 apud ALMEIDA, 2013) corrobora, ao planejar que esse tipo de negócio além de seguirem uma estratégia de impacto social, tem que aturarem para desenvolverem empreendimentos sustentáveis, dentro dessa mesma restrição.

A quinta dimensão diz respeito aos modelos de governança adotados pelas organizações socialmente empreendedoras. Tais modelos de governança assentam nos valores da transparência, participação, democracia, responsabilidade, autonomia e independência (ALMEIDA, 2013).

A governação orienta-se para os membros ou beneficiários da atividade ou organização e para a comunidade onde a mesma se insere. A governação é transparente, o que passa pelo reconhecimento amplo do direito à informação dos membros quanto ao modo de gestão da organização. A governação deve ainda ser autônoma e independente, designadamente face aos poderes públicos e capitais externos (MEIRA, 2012c apud ALMEIDA, 2013, p. 20).

Por fim, a designação da finalidade não lucrativa, baseado na perspectiva da abordagem europeia, e que não tenha como finalidade principal a lucrativa, como descreve Almeida (2013). Ainda a autora, (2013, p. 21) “o modo de apropriação do valor econômico não apresenta, assim, como parâmetro a participação no capital social”. A criação de Valor econômico é apenas um meio para atingir os fins sociais e não deve servir desígnios de acumulação de capital (DEES, 2001 apud COSTA; SANTOS; AMADOR, 2012). No mesmo sentido Defourmy e Nyssen (2010) abordados por Costa, Santos e Amador (2012), apontam que deve haver um parâmetro, limite, para os modelos de criação de valor econômico presentes no empreendedorismo social, para assim garantir o propósito social.

2.2 Modelos de empreendimentos sociais

No subcapítulo anterior foram expostas as dimensões que caracterizam o empreendedorismo social, sobrepondo essas vertentes são identificadas várias formas de empreendedorismo social presente na literatura, e os autores Elkington e Hartigan (2009) apresentam e diferenciam três modelos de empreendimento social, sendo todos com o mesmo foco. Esses modelos adotam meios de liderança diferentes, gerenciamento e capacitação de recursos para que seus objetivos sejam alcançados embora o foco de ambos seja o mesmo, que é a busca para solução de problemas sociais que parte dos mercados não conseguem atingir. Esses modelos, segundo o que afirma os autores, são capazes de gerar desafios e oportunidades diferentes a possíveis parceiros e outros empreendedores. Nos próximos tópicos serão esclarecidas as características dos modelos de empreendimentos sociais identificadas pelos autores.

2.2.1 Empreendimentos alavancados e sem fins lucrativos

Esse empreendimento propõe desafios, e o primeiro deles é convencer a terceiros de que a sua missão é importante e viável. E a partir disso pode contar com o apoio de parceiros externos capazes de oferecer suporte financeiro e em alguns casos políticos ao empreendimento. A partir desse momento surge um impasse, essa dependência da generosidade filantrópica, financiamento do governo ou fundações, pode torná-los improdutivos e colocá-los em uma situação incômoda, de encontro à possibilidade de crescimento e concretização do seu objetivo. Para manter esse empreendimento, e ter condições de enfrentar os desafios, é a alavancagem de recursos disponíveis, que se tem como uma meta central.

Os esforços feitos pelos empreendedores sociais, ao adotar diversos tipos de alavancagem para promover a mudança, são capazes de criar novos mercados e novos níveis de influência.

Os empreendedores entram em cena para preencher o hiato onde os governos não são capazes de - ou dispostos a - oferecer um bem público e onde o setor privado não consegue justificar o risco com relação às compensações. (ELKINGTON E HARTIGAN, 2009, p.35).

Para qualificar esse tipo de empreendimento Elkington e Hartigan (2009) mencionam as características típicas da maioria desses empreendimentos:

- a) Um bem público está sendo oferecido aos vulneráveis em termos econômicos que não tem acesso ao serviço oferecido ou são incapazes de arcar com ele.
- b) Tanto o empreendedor quanto a organização são catalisadores de mudança, com a meta central de possibilitar que os beneficiários diretos apropriem-se da iniciativa, aumentando sua sustentabilidade no longo prazo.
- c) Diversos parceiros externos estão ativamente envolvidos no apoio (ou estão sendo recrutados a apoiar) do empreendimento, financeira ou politicamente e em espécie.
- d) O empreendedor fundador transforma-se em um chefe nominal, em alguns casos para movimento mais amplo, à medida que outros assumem as responsabilidades e a liderança.

Os empreendedores sociais que atuam nesse conceito de empreendimentos alavancados e sem fins lucrativos, utilizando um financiamento mínimo e seus fracassos como aprendizado, são capazes de incentivar a força da sociedade para a transformação de sua existência.

2.2.2 Empreendimentos híbridos e sem fins lucrativos

Este modelo abrange a participação do mercado, onde existe a venda de bens e serviços com o objetivo de financiar o empreendimento devido a essa combinação de não visar o lucro e gerar receita, este segundo modelo se torna a preferência de muitos daqueles que buscam melhorar a situação social da população.

Não diferentemente do primeiro modelo, os empreendimentos híbridos também possuem elementos que os individualizam. Conforme Elkington e Hartigan (2009) dentre suas principais individualidades, tem-se:

- a) Como nos empreendimentos do modelo 1, os bens e / ou serviços são oferecidos a população que foram excluídas ou mal atendidas pelos

mercados tradicionais, mas a noção de lucro (e reinvestimento) não é completamente inadmissível.

- b) Mais cedo ou mais tarde, o empreendedor fundador – ou sua equipe – geralmente desenvolve um plano de marketing para garantir para garantir que os pobres ou desfavorecidos possa ter acesso ao produto ou serviço oferecido.
- c) O empreendimento é capaz de recuperar parte dos custos por intermédio da venda de bens e serviços, muitas vezes identificando Nov os mercados.
- d) Para sustentar as atividades e atender as necessidades não satisfeitas dos clientes pobres ou marginalizadas, o empreendedor mobiliza fundos de organizações públicas, privadas e / ou filantrópicas na forma de subsídios, empréstimos ou, em casos raros, investimentos quase-equity.
- e) A medida que os investidores tradicionais entram em cena, mesmo quando não estão buscando retornos financeiros tradicionais, tendem a forçar os empreendimentos híbridos e sem fim lucrativos a tornarem-se empresas sociais no modelo 3, a fim de garantir o acesso a novas fontes de financiamento, especialmente mercados de capital. Isso pode ser garantido em alguns casos, mas coloca em risco o reposicionamento das atividades a ponto de o mais pobre não ser mais atendido.

2.2.3 Empresas Sociais

São organizações com fins lucrativos, onde seu foco é nas missões sociais, em prol do benefício de comunidades carentes, sem a meta de maximizar ganhos, e expandir seu campo de atuação através do reinvestimento do que for arrecadado e para alcançá-la os empreendedores buscam atrair parceiros com interesse em retorno financeiro e social.

Este terceiro modelo difere dos outros dois modelos por ser criado desde o principio como organização com fim lucrativo, e os seus lucros são destinados de forma diferente de organizações tradicionais, e devido a isso é conceituada por lei como empresa.

Encontra-se dentre as principais particularidades desse tipo de modelo, assim como seus colaboradores internos, no que diz Elkington e Hartigan, (2009), as seguintes características:

- a) O empreendedor cria o empreendimento como uma empresa com a missão específica de fomentar a mudança social e / ou ambiental.
- b) Geram-se lucros, mas o principal objetivo não é maximizar os retornos financeiros para os acionistas, e sim beneficiar financeiramente grupos de baixa renda e fazer a empresa social crescer por meio do reinvestimento, possibilitando-lhe atingir e servir mais pessoas.
- c) As oportunidades de financiamento – expansão – do empreendimento podem ser significativamente maiores, porque as empresas sociais podem assumir dívidas e patrimônio com mais facilidade.

Os modelos abordados por Elkington e Hartigan, (2009), cada um deles independente de ser alavancados e sem fins lucrativos, híbridos ou empreendimento social com estrutura de negocio, podem ser usados tanto individualmente ou trabalhados como etapas, não existindo a concepção de que um modelo é mais relevante que outro, pois o objetivo de ambos é tratar a lacuna social. E cada um deles há oportunidades e desafios para serem trabalhados, de maneira que estejam alinhadas com as necessidades do mercado que os modelos buscam atender.

Visto as diferenças de atuação o que mais tem valia nesses três modelos é o alvo que da origem a ambos e os tornam relevantes. Todos têm o mesmo objetivo, a busca pela melhoria na qualidade de vida das populações marginalizadas em termo de pobreza, saúde ou educação. A missão delas é a mudança, não tão somente da condição de vida financeira, mas uma mudança de postura da sociedade perante esses indivíduos. Considerando assim em síntese, um resgate dos valores de humanidade.

2.3 Economia Solidária

A economia solidária tem assumido um grande espaço no setor da economia, aceito que há um crescente número de empreendimentos chamados solidários de base associativistas e cooperativistas, estes que devido aos problemas

e necessidades sociais que uma parcela mais carente da sociedade enfrenta, são voltados para a produção e comercialização de modo autogerido, com finalidade da melhoria de vida. O setor da economia solidária tenta preencher a lacuna dos problemas sociais que não é suficientemente preenchida pelo setor privado e nem pelo público. Esse subcapítulo planeia sobre o contexto histórico da economia solidária, suas variedades e os seus princípios orientadores.

É importante resaltar que não existe unanimidade no que diz respeito ao conceito da economia solidária. É compreendido de várias formas e com diferentes significados atribuído. A economia solidária é um conceito bastante usado em diversos continentes, com interpretações variadas que giram em redor da ideia de solidariedade (LAVILLE & GAIGER, 2009 apud MIRANDA, 2011). É um movimento que diz respeito a produção, consumo e distribuição de riqueza com foco na valorização do ser humano. A sua base são os empreendimentos coletivos (associação, cooperativa, grupo informal e sociedade mercantil).

Lechat (2002) destaca que é difícil definir o conceito de economia social, na medida em que há mais de um século referiu-se a diferentes manifestações. Usa a conceituação de Guélin, autor francês que estuda a temática, como possibilidade de entendimento da sua manifestação.

Quanto à definição atual da Economia Social, segundo o mesmo autor, “ela é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros” (GUÉLIN, 1998:13 apud LECHAT, 2002, p. 175).

Para Singer (2002), no que se refere as raízes da economia solidária e aos fatores que influenciaram a sua criação, diz que a economia solidária teve suas inspirações nos socialistas libertários e no movimento cooperativista do século XIX. Quanto aos fatores que levaram ao surgimento da Economia Solidária, o autor aborda que se vincularam ao desemprego, as condições sociais precárias, somadas às propostas de transformação da sociedade. Singer (2002) acredita que a Economia Solidária nasceu no contexto do século XIX, todavia, foi interrompida por ataques e crises econômicas, ressurgindo na década de 1980, como resposta à crise do emprego e de propostas socialistas (SINGER, 2002).

Já para Motchane (2003, apud OLIVEIRA. L., 2005) há uma concordância em partes, o autor acorda que as raízes da economia solidária estão na Europa,

contudo discorda do período de seu aparecimento, afirma que a economia solidária tem raízes na idade média com as guildas e confrarias por volta do século XIII. No entanto, cita que houve uma ruptura, pois os filósofos iluministas consideravam esses movimentos coletivos como entraves à liberdade individual.

Nas palavras de Oliveira, L., (2005), a economia solidária surge no espaço intermediário entre Estado, mercado e setor informal, através das famílias, comunidades e redes que exercem um papel político e social, não apenas econômico. Ela é considerada um passo concreto, indispensável para dar credibilidade e gerar intensa adesão social aos propósitos de uma nova arquitetura mundial, prova necessária para evitar apenas o oferecimento de uma ideologia mistificadora, de alternativas inaplicáveis (GAIGER, 2004 apud MIRANDA, 2011).

Ainda também para Chaves e Monzón (2012), o conceito de economia solidária articula-se em torno de três polos: o Mercado, o Estado e a Reciprocidade, em que estes três polos correspondem aos princípios do mercado (permite o fornecimento e a procura de bens que satisfaçam), da redistribuição (a produção é delegada a uma autoridade central, responsável pela sua atribuição) e da reciprocidade (relação estabelecida entre grupos ou pessoas graças a ações que só fazem sentido na medida em que eles expressam uma vontade de demonstrar uma ligação social entre as partes interessadas). Este último princípio refere-se ao intercâmbio não monetário na esfera da sociabilidade primária que é identificada, sobretudo, em associações (Chaves e Monzón, 2012).

Para Laville e Roustang (1999) citados por Lechat (2002), o conceito de economia solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social na sua origem de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. Lechat (2002) diz que, o termo segundo esses autores tenta dar conta da originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia legalizada na França das cooperativas, mutualidades e associações. Mas os autores alertam que o termo não é a expressão do que seria desejável fazer.

Segundo Lechat (2002) na literatura brasileira as primeiras manifestações dos conceitos ligados à economia solidária foi o conceito economia de solidariedade que aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro *Economia de Solidariedade e Organização Popular*, organizado por Gadotti, onde o autor chileno Luis Razeto o planeia como:

Uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, 1993, p. 40 apud LECHAT, 2002, p.11).

Diante do que foi exposto, fica claro que a economia solidária é realmente um conceito novo e controverso, contudo está ligado de alguma forma a experiências não tão atuais. O contexto histórico relata que as transformações ocorridas no que se refere ao trabalho gerou diminuição do emprego formal, levando trabalhadores que se viam diante de grande dificuldade e vulnerabilidade criarem empregos informais, e é diante disso, da necessidade e da responsabilidade de criar condições de sobrevivência ancoradas na perspectiva empreendedora que a economia solidária surge.

Observa-se também que as experiências que procede de um mesmo contexto social, político e econômico são variadas e inúmeras, além de serem distintas as designações a essas experiências, Lechat (2004)³ em sua tese, aponta as noções e conceitos e chega a uma enumeração de vinte nomes dados para o que ela identificou como genericamente como economia solidária. Os nomes que aparecem de maneira frequente de forma pública e notória na literatura geral são: economia solidária⁴, socioeconomia solidária, economia dos setores populares, economia social e empreendimentos econômicos solidários.

E com base nessas variedades apontadas, para nível de entendimento das concepções teóricas da economia solidária a partir dos distintos conceitos existentes, o quadro 6 apresenta os conceitos e designações mais frequentes no campo da economia solidária, suas significações e distanciamentos, bem como os teóricos relacionados a essas designações.

³ Ler: Trajetórias Intelectuais e o Campo da Economia Solidária no Brasil. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000343954>.

⁴ Um conceito pouco usado no Brasil, mas que influencia os teóricos brasileiros da economia solidária. Este conceito é muito utilizado na Europa, principalmente na França e diferente da realidade brasileira, e do restante da América Latina. (LACHAT, 2002).

Quadro 6 - Resumo das denominações no campo da economia solidária (continua)

Expressão utilizada	Teórico-militante	Princípios	Formas de organização	Características Diferenciadoras
Economia Solidária	Paul Singer (2002, 2004, 2006)	<ul style="list-style-type: none"> • Propriedade coletiva dos meios de produção; • Adesão livre e voluntária; • Solidariedade e reciprocidade • Valorização do social em detrimento do econômico; 	<ul style="list-style-type: none"> • Associações; • Cooperativas; • Empreendimentos informais; • Empresas de autogestão; • Redes de produção e consumo; • Clubes de troca. 	A economia solidária é entendida como um instrumento de transformação que levará a transição para o socialismo através da revolução cultural e social própria de sua experiência. Esse processo ocorrerá sem revolução política ou tomada do poder pela classe trabalhadora. A transformação se dará de dentro do próprio capitalismo.
Socioeconomia Solidária	Marcos Arruda (2006)	<ul style="list-style-type: none"> • Democracia participativa; 		Propõe a construção de uma economia voltada para a satisfação das necessidades, numa referência à origem etimológica da palavra economia. Concebe essa perspectiva a partir do desejo do fim da acumulação capitalista e num tom próximo à religiosidade cristã.
Empreendimentos econômicos solidários	Luiz Ignácio Gaiger (2001, 2003, 2008 a e b)			Sua principal preocupação não é com a conceituação do fenômeno, mas sim a gestão, a eficiência e a viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários. Por esta razão não utiliza apenas uma denominação genérica para todos os grupos produtivos.
Economia Popular Solidária ou Economia dos Setores Populares	Gabriel Kraychete (2000)		A maioria dos existentes na ES, mas exclusivos para aqueles grupos formados por setores populares. Incluem ainda consumidores, trabalhadores que complementam sua renda nos grupos produtivos e todos os demais que de forma direta ou indireta participam da economia solidária, como por exemplo: educadores, formadores e demais profissionais que atuam nesse campo.	Voltada para os setores populares, mas diferente da economia informal.

Quadro 6 - Resumo das denominações no campo da economia solidária (conclusão)

Expressão utilizada	Teórico-militante	Princípios	Formas de organização	Características Diferenciadoras
Economia Social	Jean-Louis La Ville (2008)	<ul style="list-style-type: none"> • Adesão livre e voluntária; • Democracia interna; • Lucratividade limitada; • Respeito à dimensão humana; • Corrigir os efeitos sociais da difusão do mercado; • Justiça 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas; • Cooperativas 	Tem o propósito de corrigir os efeitos sociais da difusão do capitalismo e da economia de mercado através da proteção das empresas e cooperativas.

FONTE: Amorim (2010, p. 71).

2.3.1 Os princípios orientadores da economia solidária

A Economia Solidária tem sido difundida como prática alternativa em resposta aos problemas originados pelo capitalismo. Na literatura disponível é possível observar os princípios e os valores fundamentais da economia solidária. Uma série de categorias é utilizada para identificar a economia solidária e em que preceitos se baseiam tais práticas. A solidariedade, cooperação participação, autogestão, democracia somados a pressupostos como respeito ao meio ambiente, igualdade das relações de gênero de etnias, socialização dos meios de produção, compõe o conjunto de preceitos adotados.

A Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização (2007) elenca e divulga dez princípios orientadores da economia solidária, que são:

1. **Autogestão.** Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa;
2. **Democracia.** A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital;
3. **Cooperação** em vez de forçar a competição. Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto;
4. **Centralidade do ser humano.** As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas;
5. **Valorização da diversidade.** Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual;

6. **Emancipação.** A Economia Solidária emancipa, liberta;
7. **Valorização do saber local,** da cultura e da tecnologia popular;
8. **Valorização da aprendizagem** e da formação permanentes;
9. **Justiça social na produção,** comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana; e
10. **Cuidado com o Meio Ambiente e responsabilidade com as gerações futuras.** Os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico, estimula a criação de elos entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma, afirmam avocação local, articulada com uma perspectiva mais ampla, nacional e internacional. (CARTILHA DA CAMPANHA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO, 2007, p. 33, grifo do autor).

Desses princípios citados, para alguns autores do movimento da economia solidária em determinadas práticas não poderiam ser mencionadas de maneira adequada, contudo algumas são defendidas pela maior parte dos autores. Das categorias referidas, as categorias centrais, acordadas pela grande maioria, são a de solidariedade e autogestão, por incluírem as demais características da economia solidária. Lisboa (2005 apud AMORIM, 2010) sobre a solidariedade planeia que:

A novidade, a força e o diferencial da economia solidária gravita na ideia [sic] de solidariedade. Na economia solidária o elemento solidariedade não é um mero adjetivo: é central, reformata a lógica e o metabolismo econômico. A economia solidária incorpora a solidariedade no centro da atividade econômica (LISBOA, 2005, p. 3 apud AMORIM, 2010, p. 25).

Sobre a conceituação dos termos que envolvem economia solidária e autogestão, Nascimento (2004, p. 02, apud SÁ, 2005), apresenta nos seguintes termos:

A reinvenção da Economia Solidária porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral, e outros. Nesse sentido, Economia Solidária e Autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos. Podemos mesmo afirmar que não há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão. Apesar da diversidade de conceitos, pode-se caracterizar a Economia Solidária como “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”. Por sua vez, a autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção. (NASCIMENTO 2004, p. 02, apud SÁ, 2005).

Observa-se que os princípios de economia solidária são relevantes para definir o funcionamento dos empreendimentos solidários e compreender o seguimento da economia solidária.

2.3.2 Economia solidaria no Brasil

Ainda sem esse nome, o que conta Singer, em uma entrevista ao portal Brasil Debate (2014), a economia solidária se apresenta no Brasil em um cenário de crise pelo qual o país passava, a então crise dos anos 70, que se acometeu em toda América Latina, resultado do choque do petróleo. Devido a esse fato os países que não produziam petróleo se viram com grandes dívidas, em consequência foram obrigados a comprar petróleo a um preço maior do que se pagava anteriormente antes da crise. E um dos países que mais se endividou foi Brasil, o país estava em processo de abertura da economia, porém sem preparação para encarar o desemprego que assolava os brasileiros e essa foi a única opção.

Na literatura as primeiras experiências da economia solidária se dar por volta dos anos 1980 por organizações sociais e religiosas inspiradas nos princípios de cooperação, autogestão e solidariedade. Rosa (2013) comenta que o início da prática da economia solidária se dá com os Projetos Alternativos e Comunitários (PAC), coordenados pelas Cáritas Brasileiras. Nesta mesma época, muitas outras entidades que viriam a ser importantes na história da organização da economia solidária no Brasil já atuavam, em diversas frentes, mas vinculadas às lutas pela redemocratização do país. É o caso do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e do Instituto de Políticas Alternativas para o Conesul (Pacs). Também nesta década, surge o Movimento dos Sem-Terra (MST) e também data deste período a criação de diversas organizações de microcrédito, que se organizam mais tarde na Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (Abicred) (NUNES, 2009 apud ROSA, 2013).

Embora se date as experiências da economia solidária por volta dos anos 1980, estas só passam a ganhar notoriedade nos anos 1990. Assim, o termo economia solidária se difundiu e multiplicaram-se entidades de assessorias e fomento, associações, organizações sociais, incubadoras universitárias que passaram a apoiar iniciativas autônomas dessa natureza (COSTA, 2007).

O aumento no número de falência de empresas que ocorreu na década de 80, foi outro contributo que caracterizou o início da economia solidária no Brasil, levou muitos trabalhadores a obterem na justiça o direito de assumir as empresas falidas e as reerguer sob o formato de cooperativas autogestionárias. Essas experiências serviram de base para a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), criadas em 1995 são entidades que fomentam e apoiam às empresas autogestionárias ou a ampliação delas. (SINGER, 2002).

O primeiro estado brasileiro a apresentar as primeiras práticas de economia solidária vinculadas aos movimentos rurais e com apoio de políticas públicas de um governo popular, foi o Rio Grande de Sul. (BERTUCCI 2005, p. 57, apud SÁ, 2005). Desenvolvendo assim o Cresol, maior sistema de crédito voltado para o apoio de cooperativas solidárias do Brasil e a Teia Esperança, em Santa Maria.

E durante os preparativos do I Fórum Social Mundial (FSM) que ocorreu em Porto Alegre, Estado do Rio Grande Sul, em 2001, diversas entidades de apoio e formação se unem e formam o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GTBrasileiro). O GT - Brasileiro coordenou diversas oficinas e seminários sobre economia solidária nas duas edições do FSM, em 2001 e 2002. A realização das duas edições do Fórum no Brasil deu maior visibilidade e chamou a atenção da sociedade civil e das universidades para o fenômeno no país, o que contribuiu para o seu impulso e maior visibilidade (FBES, [2008?]).

O GT–Brasileiro, após a vitória de Luís Inácio da Silva, para a presidência do Brasil, entregou para o presidente eleito uma Carta aprovada na I Plenária Brasileira da Economia Solidária, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” e que trazia as bases para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). E em junho de 2003 durante a III Plenária Brasileira da Economia Solidária, foi criado oficialmente o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (FBES, [2008?]). O FBES tem buscado apoiar o movimento a favor da economia solidária em diversas ações e atividades econômicas como “[...] trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócios, realização de feiras em todos os estados, [...] comércio justo e solidário, [...]

trabalhar no campo do marco legal (especialmente: lei geral do cooperativismo e cooperativa de trabalho)” (FBES, [2008?]).

O FBES também apoiou a criação de fóruns estaduais nas 27 unidades federativas do Brasil, reunindo milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de 92 gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. O número de programas municipais e estaduais de economia solidária tem aumentado consideravelmente, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização etc. (FBES, [2008?]).

Em esfera governamental nacional, o Governo Federal criou em junho 2003 o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)⁵, e instituiu pelo mesmo ato legal a SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (MTE/SENAES, 2015a).

A SENAES a qual tem como órgão o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Na esfera do SIES, de acordo com seu Termo de Referência, compõem os principais atributos da economia solidária (MTE/SENAES, 2015b, grifo nosso):

- a. **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.
- b. **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
- c. **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- d. **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de

⁵ O CNES é um órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo, integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foi instituído pela lei n. 10.683/03 e regulamentado pelo decreto no 5.811/06. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm)

capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Bem como já referido, em muitos países há iniciativa dos governos estaduais e municipais apontando a economia solidária como opção de geração de renda, como aponta Tauile e Debaco, (2002) citado por Fernandes, (2013). Contudo, no Brasil apesar de vários movimentos e fóruns ligados a economia solidária lutarem por uma Política Federal para a economia solidária, as Leis⁶ existentes de economia solidária ainda é de nível estadual e municipal, algumas já aprovadas e outras em tramitações.

Sobre este fato Fernandes (2013) citando Schiochet (2011) menciona que no Brasil a economia solidária tem recebido uma atenção apenas como política governamental, porém, sem deixar de destacar seu crescimento como prática desenvolvida nos movimentos sociais. O mesmo autor reafirma que, embora se tenha um crescimento nos últimos anos, contudo, é indispensável a existência de uma política que garanta a base legal para a busca de novos direitos da economia solidária no país, visto que apenas uma ação governamental não é satisfatória.

⁶ As leis e projetos municipais e estaduais de Economia Solidária pelo Brasil estão disponíveis na Biblioteca de Leis da ECOSOL, além de dois decretos criados em 17 de novembro de 2010, o decreto do Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário (decreto 7.358), e o decreto sobre Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (decreto 7.357). Disponível em: < <http://saudeecosol.org/biblioteca/biblioteca-de-leis-da-ecosol/>

3 ASSOCIATIVISMO

Tendo esta pesquisa como objeto de estudo uma associação, achou-se valido fazer uma pequena contextualização do associativismo, e logo após planejar sobre sua identidade e princípios.

O desenvolvimento do movimento associativo está intensamente relacionado com a existência ou não de liberdade, considerando que desde sempre, o homem, enquanto ser social sentiu a vontade de se associar. A origem do associativismo vem desde o inicio dos tempos da pré-história, sendo identificadas atividades coletivas exercidas por estes, como exemplo a caça coletiva, existindo a cooperação entre os indivíduos que tinham um objetivo comum. E se formos fazer um resgate histórico com exemplo mais próximo dos nossos dias podemos sublinhar exemplos na Grécia Antiga, na Roma Antiga e na Idade Média. Essa contextualização mostra que desde sempre que a associação da humanidade é tão antiga quanto a própria humanidade, mas, cabe destacar que isso era feito de forma pouco consciente, ainda mais ao se referir a pré-história⁷. O movimento associativo, do qual conhecemos atualmente, surge no século XVIII, com influencia da Revolução Industrial Inglesa e da Revolução Francesa. Logo após de muitas outras transformações, no século XX, com o começo do tempo livre e do descanso surgem os demais tipos de associações conhecidas hoje, nos EUA e norte da Europa especialmente, chegando a substituir-se ao próprio Estado e atingindo grande peso a nível econômico. E assim, por todo o mundo foram surgindo associações nos mais diversos âmbitos: ação social, saúde e dentre outras. Muitas dessas tornam-se autenticas multinacionais do movimento associativo (Cruz Vermelha, Ami, Green Peace,..), empregando milhares de trabalhadores e movimentando muito dinheiro (CACIOPAR, 2014).

No Brasil, nos anos 70 e 80, os movimentos associativos contribuíram decisivamente para a conquista de vários direitos sociais, era um período que o país passava pela redemocratização, tais direito social conquistado foram registrados em lei na nova *Constituição Federal de 1988*, que consagrou a liberdade de associação com o *artigo 174, § 2*. (Ganança, 2006, grifo nosso).

⁷ Para saber mais da origem do associativismo acesse **A origem do Associativismo** em: < <http://fdr.com.br/formacao/2013/associativismo/a-origem-do-associativismo/> >

Artigo 5º, inciso XVIII, 'a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento'⁸ [e no] Art. 174 § 2, a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo. (BRASIL, 1988)

Após essa breve contextualização, planeia-se a definição do que seja o associativismo, alguns autores como Leonello (2010) assenta que o associativismo é distinguido por apresentar o sentimento de solidariedade, de necessidade de associação, do convívio, e por atuar no ambiente local, construindo uma afinidade com a realidade, colaborando para constituição de uma sociedade com mais dignidade e fortalecimento das identidades. Ainda nas palavras de Leonello (2010) ao citar Frantz (2002), os indivíduos atuam coletivamente, implementando ações com o objetivo de concretizar interesses comuns devido as necessidades, anseios e os interesses por melhoria, que são comuns a todos. Corroborando um pouco mais para o que se designa o pressuposto que a prática associativa ocorre, tem-se que a:

[...] a expressão associativismo designa por um lado a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembléia [sic.] geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, [...] enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns (RICCIARDI; LEMOS, 2000, p. 82, apud LEONELLO, 2010, p. 41).

Em síntese o associativismo é visto como uma saída para resolução de questões sociais, com finalidades comuns, ampliando e abrindo perspectivas.

3.1 A identidade do Associativismo

Encontra-se uma variedade de definições e posições em relação à ideia de associativismo, alguns autores consideram os partidos políticos, sindicatos, cooperativas e grupos informais como parte do associativismo brasileiro. Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014) o definem como qualquer iniciativa formal ou informal que reúna um grupo de pessoas ou empresas, com o objetivo principal de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais ou políticos.

⁸ Antes no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, para se fundar uma associação, era preciso ter autorização de um chefe de polícia, na delegacia mais próxima de onde seria a sede da instituição, todos os documentos da associação tinham que ser encaminhados à Seção de Negócio do Império do Conselho do Estado, em que se analisaria a proposta aprovando ou sugerindo modificações. (DOS SANTOS, 2014, p. 1496).

A definição jurídica está na Lei nº 10.406/2002, em seu art. 53, “*Constitui-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos*”.

Trazendo em conta a definição do associativismo, segundo a forma jurídica, vale salientar as principais características fundamentais que identificam o associativismo, no quadro 7 estão dispostas as tais características:

Quadro 7 - Características do associativismo

CARACTERÍSTICAS DO ASSOCIATIVISMO
<ul style="list-style-type: none"> • União de duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas com objetivos comuns; • O patrimônio é constituído pela contribuição dos associados, através de doações, fundos e reservas. Não possui capital social; • Seus fins podem ser alterados pelos associados em assembleia, tendo cada um direito ao voto; • São entidades de direito privado e não público, podendo realizar operações financeiras e bancárias, porém as sobras de operações financeiras devem ser aplicadas na associação; • Os dirigentes não recebem remuneração; • Os dirigentes podem representar a Associação em ações coletivas de seu interesse; • Possui um sistema de escrituração contábil simplificada.

FONTE: elaboração da autora a partir de Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014)

No que se refere as finalidades, número de pessoas, remuneração dos dirigentes, formação de patrimônio e os principais tipos de uma associação, Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014) diz que:

a) A finalidade

- Defesa e promoção dos interesses das pessoas (físicas e/ou jurídicas)
- De acordo com a sua finalidade, as associações, podem ser classificadas em 3 grupos principais:
 1. Aquelas que têm por fim o interesse pessoal dos próprios associados, sem objetivo de lucro, como as sociedades recreativas ou literárias;
 2. As que têm objeto principal a realização de uma obra estranha ao interesse pessoal dos associados, e que fique sob a dependência da associação ou se torne dela autônoma, por exemplo, as associações beneficentes. Embora seus associados possam visar ao interesse pessoal, sua finalidade

primordial é a de prover uma obra de caridade em benefícios de terceiros;

3. As associações que têm por finalidade principal ficarem subordinadas a uma obra dirigida autonomamente por terceiras pessoas.

b) Número de pessoas para se formar uma associação:

As associações não se formam por contrato, e sim por Estatutos, mas pela união de pessoas, sem direitos e obrigações recíprocas (art. 981 da Lei nº 10.406/2002). As associações se propõem a realizar atividades não destinadas a proporcionar interesse econômico aos associados, entretanto podem participar de atividades lucrativas para alcançar os seus objetivos. O que não faz parte da essência da associação é o lucro como finalidade. O eventual lucro, ou sobra, arrecadado pela associação deve ser nela “investido”.

c) Formação de patrimônio:

Formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social.

d) Remuneração de dirigentes e resultados financeiros

- Não remuneram seus dirigentes nem distribuem sobras entre seus associados, conforme princípio das instituições sem fins lucrativos.
- São mantidas por meio da contribuição dos sócios ou de cobrança pelos serviços prestados; contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais; doações, legados e heranças; rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração; recebimento de direitos autorais etc.

e) Principais tipos de associação:

É notável a expansão que o movimento associativo vem ganhando, considerado como um alargador para o desenvolvimento social. Pelo fato de existir um conjunto de interesses mútuos, que refletem no comportamento social dominante, como já referido anteriormente as associações nascem com esse

propósito. Para especificar alguns dos fundamentais tipos, o quadro 8 demonstra cada forma de associação correspondendo a individualidade de cada uma.

Quadro 8 - Principais tipos de associações

ASSOCIAÇÕES FILANTRÓPICAS	Reúnem voluntários que prestam assistência social a crianças, idosos, pessoas carentes. Seu caráter é basicamente o da assistência social.
ASSOCIAÇÕES DE PAES E FILHOS	Representam a organização da comunidade escolar com vistas à obtenção de melhores condições de ensino e integração da escola com a comunidade. Em algumas escolas se responsabilizam por parte da gestão escolar.
ASSOCIAÇÕES EM DEFESA DA VIDA	Normalmente são organizadas para defender pessoas em condições marginais na sociedade ou que não estão em condições de superar suas próprias limitações. Associação de meninos de rua, aidéticos, crianças com necessidades especiais... Ex. APAE, Alcoólicos Anônimos...
ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E SOCIAIS.	Organizadas por pessoas ligadas ao meio artístico, tem objetivos educacionais e de promoção de temas relacionados às artes e questões polêmicas da sociedade tais como racismo, gênero, violência... Fazem parte desse grupo ainda, os Clubes esportivos e sociais.
ASSOCIAÇÕES DE CLASSE	Representam os interesses de determinada classe profissional e/ou empresarial. Ex. Associações Comerciais, FIEMG.
ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES⁹	Incluem-se as associações de produtores, de pequenos proprietários rurais, de artesãos, que se organizam para realização de atividades produtivas e ou defesa de interesses comuns e representação política.

FONTE: Elaboração do autor a partir de SEBRAE, 2014.

Quanto a gestão e a legislação Cardoso, Carneiro, Rodrigues (2014), as associações se baseiam na autogestão. Por meio de assembleia geral dos sócios, são definidas as políticas e linhas de ação da instituição, bem como se elege uma diretoria que será responsável pela administração da associação. E sua legislação está regulamentada tanto na Constituição Federal quanto no Código Civil. Em ambos, estão descritas as leis que regem o modelo em nosso país e que embasam sua organização. Em alguns estados pode-se encontrar legislação específica para atender uma ou outra especificidade estadual, mas qualquer que seja a legislação deverá estar subordinada às leis federais. Que estão presentes na Constituição Federal (artigo 5º, XVII a XXI, e artigo 174, § 2º) e no código civil da Lei nº 10.406/2002, artigos 53 a 61 e 2031.

Destaca-se que a análise da problemática da associação enquanto empreendedora social carece uma identificação dos princípios do associativismo em

⁹ A referida Associação Buriti Arte, que constitui o estudo de caso, se enquadra no tipo de associações de produtores, na categoria artesão. Para saber mais sobre os conceitos básicos do artesanato brasileiro; forma de organização; tipologias; classificação; funcionalidade e técnicas de produção artesanal, leia: < http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf > E para mais informações consulte: < <http://www.smpe.gov.br/assuntos/programa-do-artesanato-brasileiro> >.

comparação com as dimensões do empreendedorismo social, conceituadas anteriormente: missão social, inovação social, sustentabilidade e recursos financeiros, modelos de governança e finalidade não lucrativa (Apropriação do valor econômico).

3.2 Os princípios do associativismo e as dimensões do empreendedorismo social

Os princípios do associativismo são reconhecidos no mundo todo e embasam as várias formas que as associações podem assumir: OSCIP, cooperativas, sindicatos, fundações, organizações sociais, rede de empresas e clubes. O que diferenciara a forma jurídica de cada tipo de associação são basicamente os objetivos que se pretende alcançar (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014). Os princípios do associativismo são: os princípios da adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, informação; interação; e interesse pela comunidade.

A dimensão da missão social se dá pela decorrência da produção de bens/serviços, através da criação de valor econômico desenvolvido. Contudo a atividade econômica pode ser desenvolvida desde que os princípios associativismo e a lei sejam respeitados. Esse valor econômico deve ser revertido para o interesse da associação e da comunidade, assim o princípio do interesse pela comunidade é respondido, nesse mesmo sentido se dá o princípio da adesão voluntária e livre. A medição da missão social se planeia pelo impacto social do seu desempenho, em que se conjunta com o princípio da educação, formação e informação.

A dimensão do impacto social apoia-se nos mesmos princípios dados pela missão social, visto que os valores do associativismo são ativos para alcançar além dos objetivos econômicos, outros objetivos de ordem pessoal como a autoestima, autorrealização e até mesmo sentido para a vida. (ALMEIDA, 2013).

A dimensão da sustentabilidade é uma das mais complexas, pois o que se dá a captação de recursos financeiros as associações se deparam com dificuldades para captar recursos, uns dos fatores se dá pelo princípio da adesão voluntária e livre, pois como a captação de recursos é variável, o membro é livre para sair e entrar da associação, fazendo com que também exista uma diminuição

na renda. Desse modo o princípio que se assenta a essa dimensão é o princípio da participação econômica dos sócios. Também para essa dimensão está voltado o princípio da interação, que se remete a solidariedade, em que se procuram soluções de sustentabilidade, podendo se unir a outros órgãos mútuos, para benefício da associação ou de qualquer associado e ou a própria comunidade.

Dimensão norteada na governança se sublinha aos valores da democracia, participação, transparência, responsabilidade, autonomia e independência, estes valores despontam a relevância ativa dos associados na tomada de decisão, na definição das políticas, na informação dos estatutos e dos princípios da associação aos membros. A dimensão da governança é a mais perceptível e compreende aos princípios do associativismo da gestão democrática pelos sócios, e autonomia de independência.

Quanto a apropriação de valor econômico, está vertente evidencia o caráter empreendedor, e nela estão os princípios do associativismo da participação econômica dos sócios e o da interação.

Para maior compreensão, o quadro 9 - dos princípios do associativismo, aborda um resumo mostrando onde cada dimensão do empreendedorismo social se relaciona com os princípios do associativismo.

Quadro 9 – Princípios do associativismo e as dimensões do empreendedorismo social
(continua)

PRINCIPIOS DO ASSOCIATIVISMO		DIMENSÕES DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL
Adesão voluntária e livre	As associações são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política, religiosa e de gênero.	<ul style="list-style-type: none"> • MISSÃO SOCIAL • IMPACTO SOCIAL
Gestão Democrática pelos Sócios	As associações são organizações democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões, sendo os gestores eleitos pela maioria para atender a necessidade de todos.	<ul style="list-style-type: none"> • MODELO DE GOVERNANÇA
Participação Econômica dos Sócios	Os sócios contribuem de forma justa e controlam democraticamente as suas associações através de deliberação em assembleia geral.	<ul style="list-style-type: none"> • INOVAÇÃO SOCIAL • SUSTENTABILIDADE • MODO DE APROPRIAÇÃO DE RECURSOS ECONOMICOS

FONTE: elaboração própria a partir de Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014).

Quadro 9 – Princípios do associativismo e as dimensões do empreendedorismo social
(conclusão)

PRINCIPIOS DO ASSOCIATIVISMO		DIMENSÕES DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL
Autonomia de Independência	As associações podem entrar em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e manter sua autonomia.	<ul style="list-style-type: none"> • MODELO DE GOVERNANÇA
Educação, Formação e Informação	As associações devem proporcionar educação e formação. Os dirigentes eleitos devem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento da comunidade. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.	<ul style="list-style-type: none"> • MISSÃO SOCIAL • IMPACTO SOCIAL
Interação	As associações atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento associativista trabalhando juntas, através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> • INOVAÇÃO SOCIAL • SUSTENTABILIDADE • MODO DE APROPRIAÇÃO DE RECURSOS ECONOMICOS
Interesse pela Comunidade	As associações trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país através de políticas aprovadas por seus membros.	<ul style="list-style-type: none"> • MISSÃO • IMPACTO SOCIAL

FONTE: elaboração da autora a partir de Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014).

4 METODOLOGIA

Descrevem-se, nesse capítulo os procedimentos metodológicos que nortearam esta pesquisa. Aborda-se a metodologia qualitativa e exploratória quanto ao estudo de caso, o objeto de estudo e as estratégias de coleta de dados.

4.1 Metodologia qualitativa e exploratória: estudo de caso

Por se tratar de uma área de investigação considerada relativamente nova e com pouca exploração, utilizou-se de vários métodos de pesquisa, para assim melhor explorar as categorias e proceder nos estudos acerca da temática abordada na pesquisa.

Na investigação em questão foi utilizada a adoção de uma metodologia qualitativa, abordando um estudo de caso, firme na mediação de teoria e dados empíricos e o presente estudo ao que se refere aos objetivos se classifica como exploratório, visto que a pesquisa exploratória, que não deve ser confundida com a leitura exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de abordagem, não comporta hipótese que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa (VERGARA 2003, p. 47).

Em questão da metodologia qualitativa segundo Marconi e Lakatos (2010) ela preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade de uma determinada situação, ou seja, é uma análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes, tendências do comportamento etc. Já o estudo de caso é uma das formas do investigador construir conclusões no âmbito das ciências sociais. De fato, o estudo de caso é o método mais apropriado quando se trata de investigar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, particularmente, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2009).

Deste modo, tomando como base os parágrafos anteriores, o presente estudo pode ser classificado como exploratório, a justificativa é que o estudo propende a aumentar o conhecimento acerca dos fenômenos conhecidos como empreendedorismo social, economia solidária e associativismo, assim como esclarecê-los. A metodologia qualitativa pode-se observar na análise das dimensões que norteiam a caracterização do empreendedorismo social na Associação Buriti

Arte. Assim, vale ressaltar que a utilização desses métodos foi escolhida por melhor responder o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho.

4.2 Objeto de estudo

Quanto ao objeto de estudo a organização escolhida para seguir os objetivos desta investigação foi a Associação Buriti Arte do grupo Mulheres de Fibra. A Associação Buriti Arte é um grupo formado por donas de casas que resolveram se unir para produzir peças artesanais genuinamente maranhenses, tendo como base matérias-primas extraídas de vegetais típicos da região. Promovendo mais que a geração de renda, a associação também tem como proposta a valorização cultural da comunidade e potencialidades dessas mulheres.

4.3 Estratégias de coleta de dados

Para a obtenção de informações necessárias que respondessem aos objetivos dessa pesquisa utilizou-se dados primários e secundários.

Dados primários “são documentos oficiais ou não, as entrevistas, a jurisprudência, os arquivos, a legislação, os dados estatísticos” (CASTILHO; BORGES; PEREIRA, 2011, p.19). Nesta pesquisa recorreu-se apenas a uma fonte primária a qual foi uma entrevista semiestruturada.

Queiroz (1988) assinala que a entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este, de acordo com seus objetivos. Assim, o entrevistador deve conduzir a entrevista objetivamente, de modo a extrair apenas o que é relevante no domínio da pesquisa. Marconi e Lakatos (2010) planeiam mais ao afirmarem que a entrevista trata-se de uma conversa oral entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistado, a entrevista propõe a obtenção de informações relevantes e de compreender as perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas. Ainda segundo os autores, uma entrevista semiestruturada ocorre quando o pesquisador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada, ou seja, é uma forma de entrevista livre para poder melhor explorar algumas questões.

Assim como Almeida (2013) utilizou para coleta de dados uma entrevista semiestruturada em sua pesquisa, esta pesquisa também se baseou no mesmo instrumento de coleta, seguindo o mesmo roteiro da entrevista aplicado pela autora. Diante do descrito, a coleta de dado primário desta pesquisa se deu mediante a uma entrevista semiestruturada, realizada nas instalações da associação, no Centro de Produção Artesanal - Mulheres de Fibra, e a pessoa entrevistada foi a responsável pela mesma, a atual presidente Sr.^a Sandra Oliveira Santos (ANEXO B). A entrevista foi gravada, com consentimento da entrevistada.

Os dados secundários “baseiam-se em estudos já realizados por outros pesquisadores, como livros de qualquer espécie, artigos de periódicos, legislações interpretadas”. (CASTILHO; BORGES; PEREIRA, 2011, p. 19). E segundo Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa bibliográfica compreende toda bibliografia já tornada pública referida ao tema, a finalidade desse tipo de pesquisa é pôr o pesquisador em contato com todos os tipos de publicações sobre determinado assunto.

Para as fontes secundárias utilizou-se documento da associação (Estatuto Social, ANEXO C) para complementar a informação recolhida através da fonte primária, e também se coletou informações por meio de fontes bibliográficas, que permitiu adquirir conhecimento teórico sobre o assunto pesquisado, além de analisar resultados de pesquisas já alcançadas por outros autores. A estrutura teórica sobre o empreendedorismo social, economia solidária e o associativismo são os pilares que sustentaram a pesquisa e o que facilitou na constituição de categorias analíticas para desenvolver o estudo. Foi necessário conhecer o que já foi desenvolvido por outros autores, pesquisadores tanto em nível internacional como nacional, e os que abordaram pesquisas similares, como Almeida (2013) e ferreira (2013).

As estratégias de coleta de dados, tanto as fontes primárias quanto as secundárias, objetivaram caracterizar o empreendedorismo social, conhecer a dinâmica organizacional da Associação, além de identificar as dimensões caracterizadoras do empreendedorismo social que são: a criação de valor social (missão social), o impacto social, a inovação social, a sustentabilidade, o modelo de governança e a finalidade não lucrativa. Podendo assim, constatar a classificação da Associação como empreendedora social.

5 EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DO CASO: ASSOCIAÇÃO BURITI ARTE

Este capítulo tem por objetivo apresentar o estudo de caso selecionado, respondendo aos objetivos, a partir da análise dos resultados obtidos no processo de investigação empírica. Essa análise tem por base os conceitos teóricos apresentados na revisão da literatura.

5.1 A Associação Buriti Arte – Mulheres de Fibra: história

Segundo Sandra, a presidente da associação, em entrevista conta que a história da Associação Buriti Arte - Mulheres de Fibra é repleta de superação e vontade de mudança. Um grupo formado por mulheres residentes no Distrito Industrial da ilha de São Luis, que encontram no artesanato uma oportunidade para melhorar de vida.

Essas mulheres domésticas, com dificuldades financeiras que dependiam de seus maridos sem perceber a capacidade e força de trabalho que possuíam. Aos poucos foram descobrindo suas habilidades artesanais e perceberam que a força de trabalho dependia da união delas.

Em 2002, uma ONG conhecida como Visão Mundial estruturou oficinas de criatividade para repasses de saberes e aprimoramento de manufatura de peças artesanais, a partir de sementes, fibras extraídas de vegetais encontrados na região, dando destaque para as palmeiras de buriti e tucum. E após a orientação dada pela ONG veio oportunidade de criação de grupos de mulheres artesãs para trabalharem na manufatura de produtos em fibra de buriti. De início o trabalho aconteceu na Vila Esperança, resultando com a criação do grupo Arte Vila. Em seguida a experiência foi estendida as Vila Sarney, Industrial e Primavera, onde se deu a organização do grupo que veio a se tornar anos mais tarde o Grupo Mulheres de Fibra.

Com a finalização do projeto coordenado pela ONG Visão Mundial, no ano de 2004, os materiais que restaram das oficinas de artesanato foram doados às participantes, então as mulheres resolveram se unir de fato. Contudo se viram sem orientações que possibilitassem a continuidade das atividades. Um voluntário, que integrou a equipe que ministrou as capacitações das oficinas com o apoio da ONG Visão Mundial, se dispôs ajudar, percebendo a carência delas deu continuidade as oficinas de criatividade onde foram produzidos os primeiros produtos que mais

tarde formaram a identidade do Grupo Mulheres de Fibras. Em todo esse período o grupo não tinha nenhum apoio institucional/financeiro. Após alguns meses com a ajuda desse voluntário, as mulheres manufaturaram bastantes peças com excelentes padrões de acabamentos e inteiramente inovadoras, nascendo assim a necessidade da busca de mercado para a comercialização da produção. A partir daí foi idealizado a realização de uma exposição como ferramenta eficaz, tanto na divulgação do trabalho quanto para a comercialização dos produtos. Contando com ajuda de mais voluntários, foi desenvolvido o projeto “Gente de Fibras”.

Depois da exposição, o grupo de artesãs foi convidado para participar de outras oportunidades de exposições, com destaque para a feira de artesanato realizado pela Prefeitura Municipal de São Luís, ainda na época. Em uma das edições da Feira da Cidade, o trabalho chegou ao conhecimento da Sr^a. Rogenir Costa (Catholic Relief Services – CRS) que prontamente se colocou a disposição como voluntária no intuito de contribuir para o crescimento do grupo de mulheres. Surgiu então a oportunidade, através de edital publicado na internet, da apresentação de um projeto para o Instituto HSBC solidariedade. Sob a orientação da Sr^a. Rogenir em 2006 a primeira edição do “Projeto Mulheres de Fibras” foi escrito e aprovado. Através desse projeto foi possível a compra do terreno para a construção da sede própria do grupo.

Já em agosto de 2007, foi desenvolvido o projeto ‘Mulheres de Fibras’ através da parceria do IDAM¹⁰ – Instituto de Desenvolvimento do Artesanato Maranhense, com o Bompreço, por meio do Instituto Wal Mart¹¹. O projeto teve como objetivo desenvolver ainda mais a habilidade dessas mulheres, para a produção e comercialização de itens artesanais como bolsas, pastas, jogos americanos, caminhos de mesa e dentre outros. Mais que a geração de renda a iniciativa teve como proposta a valorização cultural das comunidades e potencialidades das mulheres artesãs.

¹⁰ É uma ONG criada no ano 2000 e tem como principal objetivo promover o artesanato sustentável do Maranhão por meio da organização do segmento, capacitação do artesanato, comercialização de produtos, estimulando políticas públicas e gerando emprego e renda.

¹¹ É uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), sem fins lucrativos. Criado em 2005 e mantido com recursos do Walmart Brasil, é responsável pela orientação estratégica e gestão do Investimento Social Privado, e também pelo apoio a práticas de Responsabilidade Social Corporativa da empresa. A organização estreita a interface com as comunidades das regiões onde o Walmart está presente. Ao todo são 18 Estados, incluindo o Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, e Distrito Federal. Mais em: <http://www.iwm.org.br/quem-somos/>.

Depois de toda essa trajetória o grupo se formalizou no ano de 2008, passando assim ter o registro de sua fundação datada em 23 de abril, de 2008 e a se chamar Associação Buriti Arte, porém é mais conhecida como Associação Buriti Arte - Mulheres de fibra. E sua sede que tem por nome **Centro de Produção Artesanal – Mulheres de Fibra** está localizada na Rua dos Prazeres, nº04, Vila Primavera – Maracanã, Distrito Industrial, São Luís – MA.

Hoje a Associação tem apoio do SEBRAE - Maranhão, que ajuda com consultorias, e do IDAM, que expõe os produtos da instituição para comercialização. A evolução dos trabalhos e a melhoria dos produtos expostos à venda é resultado da parceria com o SEBRAE - MA, por meio da difusão dos conceitos do associativismo, para estimular o negócio a crescer e superar as dificuldades, e das capacitações necessárias ao desenvolvimento da atividade, essa parceria trouxe muita visibilidade para o grupo.

E pela produção de seu artesanato diferenciado ganhou premiações e reconhecimento nacional pelo trabalho que executa. Uns dos reconhecimentos de mais visibilidade é o reconhecimento SEBRAE TOP 100 de Artesanato¹², onde foi premiada nas últimas duas edições, em 2009 e 2012, o que permitiu a associação a usar o selo “Prêmio SEBRAE TOP 100 de artesanato”, a participar de rodadas de negócios, feiras, exposições, e de estarem entre as 100 unidades produtivas mais competitivas do Brasil, tendo seu produto catalogado e distribuído não só entre compradores do Brasil, mas também para compradores do exterior e para um público formador de opinião como arquitetos e decoradores, a cada ano da premiação é feito um catálogo com os produtos das 100 unidades vencedoras.

¹² O Prêmio SEBRAE TOP 100 de Artesanato tem como objetivo reconhecer e valorizar o trabalho realizado por artesãos de todo o País, selecionando as 100 unidades produtivas mais competitivas do Brasil. Avaliando seus processos de trabalho com foco no mercado. Podem participar **Artesãos, microempreendedores individuais, associações e cooperativas**. Os critérios para serem selecionadas as 100 unidades são: o grau de inovação e diferenciação mercadológica dos produtos; adequação econômica dos produtos ao seu público-alvo; adequação ergonômica e funcional nas unidades de produção; adequação ao meio ambiente; capacidade produtiva; adequação cultural; adequação logística; qualidade percebida nos produtos/valor agregado; práticas comerciais justas; e responsabilidade social. O prêmio teve início em 2006 e está em sua 4ª edição. Em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/Pr%C3%AAmio-Sebrae-Top-100-de-Artesanato>

5.1.1 A missão social e o seu impacto social

A motivação para a criação do grupo mulheres de fibra, segundo a atual presidente, nasceu depois que uma ONG chamada Visão Mundial ministrou uns cursos de manufatura de peças artesanais utilizando fibras extraídas da região. E a missão desde o início foi promover a melhoria da qualidade de vida das mulheres associadas gerando emprego e renda. “*Antes as mulheres não tinham nenhuma atividade dependiam somente dos maridos e para algumas de nós esse foi o primeiro trabalho fora de casa*” (Sandra, 2015). Aos poucos estas mulheres foram descobrindo as suas habilidades artesanais, que eram capazes e que juntas podiam mudar não só as suas vidas como a de outras pessoas. Desse desejo de mudança nasce a associação e sua missão social.

Segundo a presidente em exercício, do tempo em que se iniciou o grupo até a formalização dele, os problemas enfrentados as desafiam sempre a prosseguir com a missão que deu origem a associação, a maior dificuldade ainda é o aceitação dentro de São Luís, onde não há uma valorização devida do trabalho e dos produtos, que são mais vendidos para fora do estado, contudo continuam com a produção do artesanato, participando de feiras e os expondo à venda.

Mair & Marti (2006, p. 37 apud COSTA; SANTOS; AMADOR, 2012, p. 41) sobre a missão social assenta que [...] é uma combinação de recursos e da exploração de oportunidades com o fim de (...) responder as necessidades sociais. Partindo dessa definição, fica claro que associação segue uma missão social e que existe desempenho do seu impacto.

As associações estão regulamentadas tanto na Constituição Federal quanto no Código Civil (Constituição Federal – artigo 5º XVII a XXI, e artigo 174, § 2º, Lei nº 10.406/2002, artigo 53 a 61 e 2031). Da denominação e constituição da Associação Buriti Arte se encontra no Art.1º do seu Estatuto Social – ver anexo II.

A missão que a Associação Buriti Arte segue, estatutariamente consta no Art.2º do Estatuto Social da associação, descrita nos termos consequentes:

- I. – “Contribuir para o fomento e racionalização das produções artesanais e manufaturas caseiras e para melhorar as condições de vida de seus associados;

- II. – Proporcionar a melhoria do convívio entre a classe, através da integração de seus associados;
- III. – Proporcionar aos associados atividades econômicas, culturais, desportivas, e sociais;
- IV. – Fomentar o aprimoramento das atividades artesanais e promover a qualificação dos artesãos;
- V. – Firmar convênios com associações congêneres, autarquias federais e estaduais, municipais e outras.
- VI. – Desenvolver as ações de proteção à família, à maternidade, à infância, à criança, à adolescência e a velhice;
- VII. – Combate a fome e a pobreza;
- VIII. – Promover ações de Defesa e Proteção do meio ambiente;
- IX. – Promover assistência educacional, de saúde, e o desenvolvimento da cultura;
- X. – Promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- XI. – Contribuir para o desenvolvimento sustentável e solidário das comunidades da sua área de atuação e do seu município”.

Visto na decorrência do princípio pelo interesse da comunidade, a Associação Buriti Arte, não responde somente aos problemas de seus associados, mas também os problemas da comunidade onde está localizada, logo ela assume a variante da dimensão do empreendedorismo social a qual se refere a solidariedade social.

No que se designa ao cumprimento do princípio da informação, educação e formação, a associação mesmo que com poucos recursos procura desempenhar estes princípios, disponibiliza treinamentos para as pessoas da comunidade que desejam conhecer e aprender o artesanato que elas produzem. Nesse sentido de se aferir o impacto social Austin et. al. (2006 apud COSTA; SANTOS; AMADOR, 2012) fala que medir a mudança social se transforma numa dificuldade, particularmente, devido a fatores como dimensões temporárias ou diferenças na percepção do impacto social criado.

Com tudo que se foi observado e analisado, a missão que associação adotou é visivelmente uma missão social que tem por finalidade dar possibilidades para que seus associados, as artesãs, atinjam objetivos sociais. Os pontos que sustentam esta afirmativa prendem-se com a motivação que elas tiveram para criar o grupo, o desejo de mudar a realidade vivida através do uso de recursos extraídos do ambiente local e produzindo o que sabiam fazer com a possibilidade de geração de renda.

5.1.2 Inovação social

A inovação social busca o bem-estar dos indivíduos/ e ou das comunidades, dessa maneira, a inserção das mulheres em alguma atividade lucrativa que gera renda a elas, as beneficiando em todos os aspectos é um modelo de inovação social. “*Além de gerar renda a associação nos propõe o bem-estar social*” (Sandra, 2015). Por si só a Associação Buriti Arte é uma resposta inovadora para os problemas sociais, pela a sua forma de trabalho.

E embora segundo esteja descrito no estatuto a não finalidade lucrativa, não há impedimento para que a associação não gere renda, logo, assim tendo o grupo a finalidade a economia, em que se proporciona a geração de renda, outras finalidades são percebíveis como a cultura, por se comercializar produtos da cultura maranhense, e a ecológica, pelas peças serem produzidas com matérias-primas naturais, além de utilizarem também matérias-primas recicláveis, por exemplo, a reutilização de resíduos, sobra de madeira e uso de fibras que seriam descartadas por outro grupo de artesãs.

Para garantir a inovação social, mesmo que de forma não tão abrangente desde o seu início a associação promove eventos que envolvem a comunidade, como excursões, distribuição de cestas básicas, brinquedos, e ações sociais. Sabendo que, o que a associação faz é muito pouco em relação do que poderia oferecer para a comunidade, a atual presidente comenta que:

“A associação possui um caráter de inovação social, porém o impacto social produzido ainda não é o qual queremos oferecer. Nossa vontade é de fazer mais pela comunidade, mas nosso recurso ainda é pouco, o que ganhamos dá somente para manter associação e a nós. Queríamos de alguma forma mais apoio governamental e de empresas privadas. Assim teríamos uma condição melhor para dispor de mais projetos para a comunidade. (Sandra, 2015)”.

Harayama e Nitta, (2011 apud ALMEIDA, 2013, p. 19) assinala, que a inovação social refere-se à inovação tradicional em termos de criação de valor cujo objetivo final é, não só criar valor econômico, como também reforçar a instituição social. Em suma, a associação se assemelha com o que foi descrito pelos autores, pois, o grupo não só cria valor econômico, como também reforça a associação.

A inovação social que a associação apresenta é de caráter organizacional. Visto que, para desenvolver uma inovação social de maior impacto fora do grupo se carece do envolvimento do setor privado e governamental.

5.1.3 Modelo de governança

Os estatutos da Associação são depositados em seu modelo de governança nos arts. 11 (incisos II e VI), 16, 17, 18, 21, 22 (parágrafos §1º e § 2º), 23, 25, 26, 27 e (os parágrafos § 1º e § 2º), 28, 29, 36, (parágrafo § 4º) 38 (parágrafo § 2º).

Ênfase no conteúdo de alguns dos artigos.

O art.11, no inciso II estabelece que seja direitos do associado “votar e ser votado para membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal” e no inciso VI “convocar a Assembléia Geral Extraordinaria, nos termos e nas condições previstas nesse Estatuto”.

O art. 16, nos incisos I, II e III consagra o modelo de governança tripartido. Dessa maneira, os termos constados na norma, os órgãos sociais da Associação Buriti Arte são a assembleia geral, diretoria e conselho fiscal.

O art. 17 dispõe, que “assembleia geral dos associados é o órgão supremo da Associação Buriti Arte e dentro dos limites legais e deste estatuto, poderá tomar toda e qualquer decisão de interesse para a sociedade”.

O art. 18, afirma que “a assembleia geral é integrada pelos associados, em pleno gozo de seus direitos estatutários, devendo reunir-se ordinariamente duas vezes por ano, no decorrer do primeiro e segundo semestre e, extraordinariamente, sempre que convocada para essa finalidade”.

O art. 21 consagra que “é da competência da assembleia geral, ordinária e extraordinária, a destituição dos membros da diretoria e do conselho fiscal, em conformidade com as determinações legais deste estatuto”.

O art. 22, respectivamente nos seus § 1º e § 2º institui que “as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes, executando-se nos casos previstos no artigo 21, em que é exigida a maioria de 2/3 (dois terço) dos presentes” e “os associados comparecerão às assembléias gerais pessoalmente, não sendo admitido o voto por procuração”.

O art. 23 dispõe, que “a assembléia será normalmente convocada pelo presidente da diretoria, mas se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderá também por qualquer outro membro da diretoria, pelo conselho fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, através de requerimento”.

O art. 25 consagra que “cada associado terá direito a um só voto e a votação, em regra, será feita por aclamação. A assembléia geral pode, no entanto, optar pelo voto secreto, atendendo-se então às normas usuais”.

Art. 26 estabelece que “o que ocorrer nas reuniões de assembléia geral deverá constar de ata, aprovada e assinada pelos membros da diretoria e do conselho fiscal presentes, por uma comissão de cinco (5) associados designados pela assembléia geral e, ainda, por quantos o queiram fazer”.

O art. 27 caput e no parágrafo §1º, relativamente à constituição da diretoria e à duração dos mandatos da associação, dispõe que “a diretoria será constituída por um presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros” e “mandato da diretoria será de 2 (dois) anos, vedada mais de uma reeleição consecutiva”.

Art. 28, nos termos dos seus incisos I e II respectivamente, a cerca da diretoria rege-se pelas normas de que “reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do presidente, da maioria dos demais membros da diretoria ou ainda por solicitação do conselho fiscal”, e “as deliberações serão consignadas em ata circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas ao final dos trabalhos pelos membros presentes”.

O art. 29, sobre a competência da diretoria, diz que “compete a diretoria, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, atendidas as decisões ou recomendações da assembleia geral, planejar e fixar normas para as operações e serviços da associação – e controlar os resultados”.

O art. 38 consagra a cerca da eleição, que “as eleições para a diretoria e para o conselho fiscal serão convocadas através de edital a ser fixado 30 (trinta) antes do término dos mandatos, e dar-se-á por votação direta e secreta, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito, através de votação em assembléia geral”.

A prosseguir destas normas estatutárias resulta-se que o modelo de governança da Associação Buriti Arte é participativo, dado que os próprios membros dos órgãos são os mesmos da associação, é democrático (o voto procede na regra “um membro um voto”) e é transparente, pois o direito de informação é dado e reconhecido aos membros. Acordando com o que Defourny e Nyssens, (2010 apud COSTA; SANTOS; AMADOR, 2012), Meira (2012 apud ALMEIDA, 2013) sobre a dimensão do modelo de governança que se assenta: nos valores da transparência, participação, democracia, responsabilidade, autonomia e independência; com o poder de decisão não baseado na propriedade de capital; a governação orientada para os membros ou beneficiários da atividade ou organização e para a comunidade onde a mesma se insere; governação transparente, o que passa pelo reconhecimento amplo do direito à informação dos membros quanto ao modo de gestão da organização e a governação autônoma e independente, designadamente face aos poderes públicos e capitais externos.

5.1.4 A sustentabilidade e os recursos financeiros

Desde a formação do grupo a proposta foi proporcionar uma melhoria de vida para as participantes e que elas pudessem ter ali alguma forma de renda. Viram deste início que a atividade aprendida nos cursos ministrados tinha um grande valor e, dessa forma, para viabilizar economicamente a associação, investiram em seu potencial. Partindo do investimento do próprio talento, este se tornou a primeira fonte de financiamento. Esta decisão trata-se de autofinanciamento, onde o grupo aproveitou o que tinham de melhor e investiu, no caso foi o capital humano, a união de todas em prol do crescimento contribui para que conseguissem investimentos financeiros. Estes investimentos recebidos por participações em projetos permitiram ao grupo a construção de sua sede.

O que também propôs a sustentabilidade da associação foi o apoio do SEBRAE- MA, a presidente da associação conta que, “o *SEBRAE* foi e tem sido

muito importante, nos ajuda a desenvolver novos produtos com ajuda de um designer, a divulgar nosso trabalho e nos dar um grande suporte com consultorias” (Sandra, 2015).

Hoje o que garante a sustentabilidade e permite que a associação tenha recursos financeiros é somente a venda dos seus produtos. *“Antes da formalização da associação, recebemos ajuda financeira de umas instituições por participarmos de uns projetos, mas hoje sobrevivemos somente da venda do artesanato que fabricamos”* conta a representante da associação.

No art. 3º, no inciso X, delineia que a associação pode buscar outros meios de captação de recursos para garantir a consecução de seus objetivos está descrito da seguinte maneira, “filiar-se a outras entidades congêneres, em nível municipal, regional, estadual ou nacional, sem perder sua individualidade e poder de decisão”.

“Mesmo com toda dificuldade para nos mantermos hoje, com a falta de apoio, continuamos e caminhamos com nossas próprias pernas. Essa dificuldade tem nos permitido compreender e a atender que unidas somos fortes, ainda que estando em um número bem reduzido de associadas do que quando começamos o grupo, se conseguimos nos manter firmes até aqui com certeza somos capazes de chegar mais longe. Tudo que entra e sai daqui a termo financeiro tem sido usada para o que é indispensável, a melhoria da associação e bem estar das associadas, tudo com a devida transparência”. (Sandra, 2015).

No art. 5º do Estatuto Social da Associação está aferido que, “a atividade da Associação Buriti Arte – será sempre de caráter coletivo e de interesse social, uma vez que mesmo atuando na comercializando dos produtos dos artesãos, agirá como agente catalisador, pois os recursos arrecadados se destinam aos próprios associados e ao desenvolvimento sustentável da Associação e das comunidades da sua área de atuação compreendendo-se o Distrito Industrial da Ilha de São Luís/MA e seu funcionamento será disciplinado por Regime Interno”.

No art. 14, inciso I, está disposto que a captação de recursos financeiros também pode se dá pelas contribuições dos próprios associados, estabelecidas anualmente pela assembléia geral. E no § 1º do mesmo artigo, diz que para manter a sustentabilidade da associação, “os recursos obtidos pela Associação Buriti Arte - seja qual for à fonte, serão aplicados integralmente na sua manutenção e no alcance de seus objetivos”. A prática na Associação Buriti Arte sempre foi a de não distribuir os excedentes entre os associados, mantendo sempre estes excedentes como reserva para associação.

Em suma, a dimensão da sustentabilidade diz que assim como os resultados comprovam o papel principal da missão social, também é importante um esforço constante para garantir a sustentabilidade, (WEERAWARDENA; MORT, 2006 citado por OLIVEIRA. N, 2013). O modelo de negócio tem de seguir a estratégia de impacto social, mas dentro dessa limitação, os empreendedores sociais atuam para desenvolver empreendimentos sustentáveis (DEES, 2010 apud ALMEIDA, 2013). Diante do que foi descrito a Associação Buriti Arte cumpre a dimensão da sustentabilidade e esta é uma das dimensões mais importantes, que requer mais engajamento das associadas.

5.1.5 Maneira de apropriação do valor econômico

No § 1º e 2º do art. 14 respectivamente, dispõe que “os recursos obtidos pela Associação Buriti Arte - qual for à fonte, serão aplicados integralmente na sua manutenção e no alcance de seus objetivos” e “os diretores, membros de conselho, sócios, instituidores, benfeitores, ou equivalentes não recebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções que lhe sejam atribuídas, pelos respectivos atos consecutivos”.

Embora não possa haver distribuição de lucro para os associados, as associações podem exercer atividades econômicas. As associações possuem geração de receita, desde que os resultados da operação não sejam apropriados de maneira privada e individual, sob o título de lucro ou mais valia, mas sim, aplicado integralmente em seus objetivos social, ou seja, os fins aos qual a associação se destina.

Na Associação Buriti Arte tudo o que se ganha com a venda dos produtos é destinado à manutenção do Centro de Produção e as associadas que produzem o artesanato. Logo se observa a consonância que existe com a dimensão da finalidade não lucrativa, em que se afirma que o modo de apropriação do valor econômico não tem, assim, como parâmetro a participação no capital social. Como explana Dees (2001 apud COSTA; SANTOS; AMADOR, 2012) a criação de valor econômico não deve servir propósitos de acumulação de capital, porém antes deve ser submetido à condição de ser apenas um meio para atingir os fins sociais.

6 CONCLUSÃO

Neste capítulo final serão abordadas as considerações finais, assim como os limites verificados e as sugestões para trabalhos futuros sobre a temática desta pesquisa.

6.1 Considerações finais

Levando-se em conta o que foi analisado no decorrer desta pesquisa descrevem-se agora as considerações finais. Nota-se que o conceito do empreendedorismo social é um conceito aberto e em construção, tornando sua delimitação deveras difícil. E não tendo na literatura um consenso sobre o tema, destacam-se como as principais escolas ou abordagens a europeia e a norte-americana, porém outras duas, apesar de ter poucos estudos desenvolvidos a respeito e divulgação, têm contribuído para que o tema ganhe mais destaque, são as abordagens asiática e latino-americana.

O conceito de empreendedorismo social, na abordagem europeia, associa-se ao conceito de economia social, centrando-se na figura da organização, surgindo a empresa social como a síntese dos conceitos do empreendedorismo social e economia social. Embora haja divergências com a perspectiva brasileira, foi escolhido o empreendedorismo social na perspectiva europeia, pois se assemelha as práticas da economia solidária e com a proposta desta pesquisa. Percebe-se que o conceito de economia solidária é de semelhante modo, um conceito pouco consensual na doutrina, não só nacionalmente como internacionalmente. No Brasil, ainda não se tem uma política Nacional, e para esse espaço em carência foi criado a SENAES. E entre as organizações da economia solidária as associações vêm se destacando.

E tal como mencionado, a inserção em empreendimentos que visam gerar emprego e renda pelo associativismo produz o aumento das rendas dos indivíduos participantes e de suas famílias, fazendo com que os cidadãos deixem o estágio de exclusão e vulnerabilidade social. Portanto, podem ser compreendidos como experiências coletivas que podem valorizar tanto os sujeitos como o trabalho desenvolvido pelos mesmos. O associativismo, vinculado à economia solidária, é

uma alternativa real para enfrentar a sociedade capitalista, que se apresenta como um movimento social, com possibilidades de transformação social.

Pelos aspectos apresentados, nos trabalhos cotidianos da associação são facilmente identificados atributos relacionados à Economia Solidária, tais como:

- Cooperativismo: intensa participação e dedicação ao grupo;
- Autogestão: decisões tomadas democraticamente em assembleias, por todos os membros da associação, sem distinção de tamanho e de produção;
- Dimensão econômica: não existe apropriação individual do lucro. Cada produtor recebe por igual e a participação entregue a Associação é integralmente investida nela;
- Solidariedade: ajuda mútua e forte solidariedade interna entre os membros.

Quanto à perspectiva seguida neste trabalho, a propósito do conceito de empreendedorismo social, é uma perspectiva organizacional, ou seja, centra-se no perfil da organização empreendedora, no estudo em questão uma associação. Para esta decorrência considera-se que uma organização será empreendedora social se a sua atividade estiver em concordância com o conjunto de dimensões que caracterizam o empreendedorismo social: missão social (valor sócia)l, impacto social, inovação social, sustentabilidade e recursos financeiros, modelo de governança e modo de apropriação do valor econômico.

Pela metodologia usada, a realização desse trabalho cumpriu o seu propósito. Todas as etapas de evolução: a revisão da bibliografia existente, a aplicação da entrevista, ocorreu como o esperado. Os instrumentos de pesquisa utilizados colaboraram para a solução do problema que deu origem a esta pesquisa. A entrevista analisou a fundo as dimensões que caracterizam o empreendedorismo social na associação estudada. Já com o estatuto foi possível ter mais profundidade sobre a questão estudada, que somente com a entrevista não seria possível, sendo ambos complementares.

Na análise da associação foram observadas algumas dificuldades, uma das principais deficiências é a falta de conhecimento e compreensão do que é o empreendedorismo social. Pontua-se também que um dos maiores desafio enfrentados pela Associação Buriti Arte, é a questão da sustentabilidade. Pois, foram percebidas dependências visíveis. As quais estão pontuadas abaixo:

- Há uma dependência do SEBRAE, no que remete a consultoria de gestão, foi notada a dificuldade das artesãs aplicarem o que é repassado nas consultorias, haja vista que os membros da administração, os associados, não possuem, ainda, formação técnica ou experiência de gestão.
- No início a associação era formada por um grupo com mais de 20 mulheres, dessas somente 12 continuaram. Logo, se percebe que há necessidade de atrair mais membros e ou mesmo a multiplicação desse conhecimento, iniciativa que tem que partir das próprias associadas, para que haja um maior compromisso social na busca de uma possível resolução de problemas enfrentados pela comunidade.

Tendo em conta se saber se a Associação Buriti Arte pode ser conceituada como uma organização empreendedora social, em face as análises das dimensões do empreendedorismo social, para responder a problemática desta pesquisa, conclui-se que:

- I. Levando em consideração a dimensão da missão social e do impacto social dela resultante, conclui-se que Associação Buriti Arte, em obediência aos princípios do associativismo, prossegue uma missão social, uma vez que:
 - Desde a formação do grupo, sempre se preocupou com a satisfação das necessidades sociais dos seus membros e assume a vertente de solidariedade social para com os membros e para com a comunidade.
- II. Tendo em vista a dimensão da inovação social, conclui-se que a Associação Buriti Arte é em si uma resposta inovadora a problemas sociais, tais como o problema do emprego.
- III. Tendo em conta o aspecto da dimensão da sustentabilidade, conclui-se que a Associação Buriti Arte, a cumpre, embora destacado a dificuldade para manter a associação, pois ela consegue suprir as suas dificuldades apenas com as vendas de sua produção, não possuindo outro meio de captação de recursos.
- IV. Tendo em conta a dimensão do modelo de governança conclui-se que na Associação Buriti Arte, da mesma consonância se caracteriza por ser democrático, participativo e transparente.

V. Por fim, como expõe a dimensão do modo de apropriação do valor econômico, conclui-se que, na Associação Buriti Arte, nos termos do respectivo Estatuto, a repartição dos benefícios (retorno de excedentes) é feita em função da participação no objeto social e não em função da participação no capital social.

Desse modo, apesar dos desafios da Associação Buriti Arte de se tornar mais sustentável, em suma, tendo as dimensões do empreendedorismo social na perspectiva organizacional, baseando-se na abordagem europeia, Assim como Almeida (2003) abordou em seu estudo, conclui-se que a Associação Buriti Arte está em consonância com as tais dimensões, logo pode e deve, então, ser conceituada como uma organização empreendedora social.

6.2 Limites da pesquisa

Os limites da pesquisa se devem em parte à metodologia utilizada, pelo fato da opção por um estudo de caso único condicionado a generalização das conclusões. O numero limitado feito com apenas uma associação participante da pesquisa impede a formação de uma conclusão geral sobre o tema, uma vez que apenas uma associação participou. Assim não sendo possível a formulação de uma conclusão abrangente para todas as associações. Entretanto acredita-se que, a metodologia escolhida se mostrou suficiente para o alcance dos objetivos propostos.

6.3 Sugestões para trabalhos futuros

Não se pode aqui esgotar a temática desta pesquisa, uma vez que o empreendedorismo social ainda é um tema relativamente recente, com pouca literatura, estudos e pouco conhecido pelo público brasileiro. Contudo, este tema merece atenção do meio acadêmico, gestores e do público em geral, pois, se tornando mais conhecido, pode ser bastante útil a aplicação das dimensões que caracterizam o empreendedorismo social, corroborando mais para a fomentação dos empreendimentos sociais.

Portanto, apresenta-se como sugestão de investigação futura a realização de estudos que permitam ampliar este estudo a outras organizações que compõem a economia solidaria, dado que os princípios orientadores são comuns a todas.

Permitindo assim conhecer os demais empreendimentos do setor da economia solidária, e levantar estudos para contribuir com o crescimento social das comunidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paula Carla Alves de. **A Cooperativa enquanto espaço do empreendedorismo social: o caso específico da Cooperativa dos Pedreiros**. 2013. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10400.22/1843> > Acesso em: 16 fev. 2014.
- AMORIM, Andressa Nunes. **Economia Solidária: Princípios e Contradições**. Dissertação de Mestrado. PPGPS/UFES. 24 de Setembro de 2010. Disponível em: < http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/diss_instituicao.php?instituicao=390 >. Acesso em: 20 jun. 2015.
- BOM ANGELO, E. **Empreendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença**, Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 20 jun. 2015.
- CACIOPAR, **1º Caderno Caciopar- Informações e Orientações**. 2014. Disponível em: < <http://www.caciopar.org.br/upload/downloads/10.pdf> > Acesso em: 6 jun. 2015.
- CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **Associação**. In: Série Empreendimentos Coletivos. -Brasília. SEBRAE, 2014. 46p. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/Associa%C3%A7%C3%A3o:-s%C3%A9rie-empreendimentos-coletivos> > Acesso em: 10 maio. 2014.
- COSTA, Daniel; SANTOS, Mônica; AMADOR, Cláudia. **Empreendedorismo Social: Dos Conceitos às Escolas de Fundamentação. As configurações de um Conceito em Construção**. 2012. Disponível em: < <https://www.academia.edu/7110858/ LER1> >. Acesso em: 06 maio, 2014.
- COSTA, P. de A. **Inovação em Economia Solidária: um desafio no campo político**. 2007. 206 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/12413> > Acesso em: 21 jun. 2015.
- CASTILHO, Pereira Castilho; BORGES, Nara Rúbia Martins; PEREIRA, Vânia Tanús. Manual de metodologia científica do ILES Itumbiara/GO. Itumbiara: ILES/ULBRA, 2011. Disponível em: < <http://www.ulbraitumbiara.com.br/OLD/manumeto.pdf> >. Acesso em: 09 jul. 2015
- CHAVES, R; MONZÓN, J. **A Economia Social na União Europeia**. Síntese do relatório elaborado a pedido do Comité Económico e Social Europeu pelo Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC). Disponível em: < http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/a_ces11042-012_00_00_tra_etu_pt.pdf > Acesso em: 04 mai. 2014.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

_____. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DOS SANTOS, Alba Cristina. **O Associativismo na América Latina: Possibilidades de um Estudo Comparado**. Oficina do Historiador, p. 1495-1509, 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/viewArticle/19000>> Acesso em: 8 jul. 2015.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, OUTRA ECONOMIA ACONTECE: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DD948C22F07/impreso3_cartilha_32pg_web.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015.

ELKINGTON, John; HARTIGAN, Pamela. **Empreendedores Sociais**: o exemplo incomum das pessoas que estão transformando o mundo. 1ªed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

FBES. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**, [2008?]. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 23 jun. 2015.

FERNANDES, José Enilson. **Princípios Da Economia Solidária No Livro Didático Da Educação de Jovens e Adultos**. 2013. Disponível em: <http://iuees.ufcg.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/PRINC%C3%8DPIOS-DA-ECONOMIA-SOLID%C3%81RIA-NO-LIVRO.pdf> Acesso em: 4 jul. 2015

FERREIRA BAPTISTA, Diana Filipa dos Santos. **O Voluntariado enquanto Promotor do Empreendedorismo Social: O Caso da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mangualde**. 2013. Dissertação (Mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Porto, 2013. Disponível em: <<http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/1805>>. Acesso em: 07 mai. 2014.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10482/6650>> Acesso em: 22 maio. 2015.

GUIMARÃES, Joel dos Santos; QUENTAL, Paula, Economia Solidária se aproxima das origens do socialismo. **Portal Debate Brasil**. 2014. Disponível em: < <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/12/missionario-da-economia-solidaria-paul-singer-a-compara-ao-socialismo-4852.html>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

HASHIMOTO, M. **Espírito empreendedor nas organizações**: aumentando a competitividade através do intra-empendedorismo. São Paulo: Saraiva 2010.

Leal, Antonia Laís Costa Araújo. **O empreendedorismo social e a criação de valor**: um estudo exploratório. 2014. Disponível em: <<http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q=+assunto:%22Neg%C3%B3cios%20sociais%22>> Acesso em: 12 jun. 2015.

LECHAT, N.M.P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2002, Campinas. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <www.itcp.unicamp.br/downloads/ext_doc2.doc>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000343954>>. Acesso em: 20 jun 2015.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106128>>. Acesso em: 20 maio 2014.

MANCINI, R. F.; YONEMOTO, H. W. **Considerações a cerca do Empreendedorismo Social no Desenvolvimento da Sociedade Sustentável**. ETIC - Encontro de Iniciação Científica. Vol. 6. N.6. 2010. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/2543/2067>>. Acesso em: 02 Mai. 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____; _____. **Metodologia do Trabalho Científico**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india> Acesso em: 09 jul. 2015.

MELO NETO, Francisco R. de e FROES, Cesar. **Empreendedorismo Social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MIRANDA, Daniela de Oliveira. **A Democracia Dialógica e a Economia Solidária**. 2011. 196 f. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2011. Disponível em: <<http://base.socioeco.org/docs/000008ac.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2014.

MOURA, Anita Maria de. **Facilitadores e dificultadores na implementação de um negócio inclusivo em três países de diferentes continentes**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-29112011-203505/pt-br.php>>. Acesso em: 20 maio 2015.

MTE/SENAES. **A Economia Solidária**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2015a.

MTE/SENAES. **Projeto de Lei das Cooperativas de Trabalho**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2015b.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo Social no Brasil: fundamentos e estratégias**. 2003. 538 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Direito, História e Serviço Social da UNESP, Franca, 2003. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/17215746/tese-do-doutorado-prof-edson-unioeste/3>> Acesso em: 26 abr. 2014.

_____. Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração perspectivas e desafios – notas introdutórias*. **Rev. FAE**, Curitiba, v.7, n.2, p. 9-18, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_02.pdf> Acesso em: 3 maio, 2014.

_____. **Empreendedorismo social: da teoria à prática, do sonho à realidade**. 7ªed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. **Economia solidária e conjuntura neoliberal: desafios para as políticas públicas no Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/1268/DissertLucianaVNO.pdf.%20Acesso:jsessionid=24AFD3316F087A066AEC5314CF316C94?sequence=1>>. Acesso em: 02 maio. 2014.

OLIVEIRA, Nilza Duarte Aleixo de. **Desenvolvimento Sustentável, Inovação, Tecnologia, Relacionamentos Intercooperativos: Sistema CREDITAG e Cooperativas de Produção Agrícola de Rondônia**. 2013. 279 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2013. Disponível em: <<http://fetagro.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Tese-de-doutorado-Desenvolvimento-Sustent%C3%A1vel-Inova%C3%A7%C3%A3o-Tecnologia-Social-e-Empreendedorismo-Coletivo-em-Relacionamentos-Intercooperativos-Sistema-Creditag-e-Cooperativas-de-Produ%C3%A7%C3%A3o-Agr%C3%ADcola-de-Rond%C3%B4nia-Por-Nilza-Dua.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (Org. e Intr.). **Experimentos com histórias de vida** (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, 1988. p. 68. v. 5.

ROSA, Eliezer Pedroso. **Políticas Públicas de economia solidária no Rio Grande do Sul**. 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/79443>> Acesso em: 22 jun. 2015.

SÁ, Carlos Augusto Ferreira. **Economia Solidária em Mato Grosso do Sul: desafios e possibilidades**. 2005. Monografia (Especialização). Campo Grande-MS: UNAES, Curso de Pós-Graduação em Gestão Empresarial e Recursos Humanos, 2005. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/carlos_sa_es_no_ms_desafios_e_possibilidades.pdf>. Acesso em: 06 maio. 2014.

SANTOS; Angélica , SILVA; Diego Rafael Nascimento, FERREIRA;VEIRA, Luciana Nascimento , CIRQUEIRA; Priscila. **Panorama brasileiro sobre empreendedorismo social**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula SOUZA – Escola Técnica Estadual Professor Aprígio Gonzaga - Extensão Maria de Carvalho Senne. São Paulo: 2011.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

GRUPO ARTESANAL

**Autorização de Pesquisa para Monografia**

Declaro, para os devidos fins, que a aluna **Lucimar Machado Costa**, do curso de Administração- UFMA, está autorizada a fazer estudo de caso sobre a Associação Buriti Arte – Mulheres de Fibra, para Trabalho de Conclusão de Curso, utilizando o estatuto da associação como fonte de pesquisa documental e aplicando uma entrevista com a responsável.

São Luís (MA), 01 de junho, de 2015.

Edna Regina Santos da Silva

Assinatura da responsável
Associação Buriti Arte

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA

Dados da Entrevistada:

Data da entrevista: ____/____/____

Nome:

Tempo de Associada:

✓ **História - formação da Associação:**

- a. Como se iniciou o procedimento de formação do grupo?
- b. Como era a situação da comunidade antes da formação do grupo?
- c. E a situação das pessoas envolvidas na formação desde grupo como se caracterizava?
- d. Por que a ideia na formação de um empreendimento de artesanato?
- e. Antes da formação da Associação as associadas já trabalhavam com artesanato?

✓ **Dimensões do Empreendedorismo Social:**

1. Como caracteriza a missão da associação?
2. Considera a missão da associação uma missão social? Por que motivos?
3. Como caracteriza a apropriação do valor econômico na associação?
4. Quais os principais meios de financiamento da associação?
5. Considera que há limitações nos meios de financiamento da associação? São insuficientes para desenvolver os projetos da mesma?
6. Considera que os projetos da associação possuem um caráter de inovação social e que estes produzem um impacto social?
7. O que entende por Empreendedorismo Social?
8. Considera a sua associação uma organização empreendedora social? Por que razão?
9. Quais as alterações ao nível do regime jurídico que deveriam ser feitas para potenciar o Empreendedorismo Social na associação?

ANEXO C – ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BURITI ARTE

CANTARIA DE AZEVEDO
 Instituto Civil de Posse de Jurisprudência
 MICROFILME nº 33364

CONSTITUIÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO BURITI ARTE

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINALIDADE.

Art. 1º - A Associação Buriti Arte, fundada em 23 de abril de 2008 é uma associação, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, com sede no Município de São Luís, Maranhão, na rua dos Prazeres, nº 04, Vila Primavera- Maracanã, Distrito Industrial, São Luís-MA.

Art. 2º - A Associação Buriti Arte tem por objetivos:

- I - Contribuir para o fomento e racionalização das produções artesanais e manufaturas caseiras e para a melhoria das condições de vida de seus associados;
- II - Proporcionar a melhoria do convívio entre a classe, através da integração de seus associados;
- III - Proporcionar aos associados atividades econômicas, culturais, desportivas e sociais;
- IV - Fomentar o aprimoramento das atividades artesanais e promover a qualificação dos artesãos;
- V - Firmar convênios com associações congêneres, autarquias federais, estaduais, municipais e outras;
- VI - Desenvolver ações de proteção à família, à maternidade, à infância, à criança, à adolescência e à velhice;
- VII - Combater a fome e a pobreza;
- VIII - Promover ações de Defesa e Proteção do meio ambiente;
- IX - Promover assistência educacional, de saúde, e o desenvolvimento da cultura;
- X - Promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- XI - Contribuir para o desenvolvimento sustentável e solidário das comunidades da sua área de atuação e do seu município;

Art. 3º - Para consecução dos seus objetivos, a Associação Buriti Arte deverá:

- I - Viabilizar o funcionamento do Centro de Produção Artesanal "Mulheres de Fibras", enquanto espaço de produção e comercialização coletiva de artesanato e de desenvolvimento das suas atividades;
- II - Fomentar entre seus sócios os princípios do associativismo, cooperativismo e da auto-gestão;
- III - Orientar a sua gestão pelos princípios e práticas da economia solidária, integrando os espaços de articulação e organização desse segmento no âmbito local, regional, estadual e nacional;
- IV - Adquirir, construir ou alugar os imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas, de armazenagem, comercialização, quando necessário e viável;

Assinatura

Assinatura
 CAMPA 2010

CANTARIA DE ASSFEDS
 Segundo Livro de Processos Jurídicos
 MICROFILMS nº 33364

- V - Criar condições para formação e desenvolvimento de novos artesãos, com foco no artesanato de Fibras no geral, através de oficinas-escola;
- VI - Divulgar os trabalhos dos artesãos através da promoção e/ou participação em feiras, eventos, exposições e salões de artes nacionais e internacionais;
- VII - Promover a comercialização dos produtos e artes de seus associados;
- Estimular a realização de compras em conjunto de matérias-primas, por grupos de interesse;
- VIII - Promover cursos e seminários sobre temas de interesse dos associados, com intuito de desenvolver e criar melhores condições para todos;
- IX - Celebrar convênios com qualquer entidade pública ou privada visando disponibilizar os serviços de assistência médica, odontológica, tecnológica, cultural, recreativa e educacional para os associados;
- X - Filial-se a outras entidades congêneras, em nível municipal, regional, estadual ou nacional, sem perder sua individualidade e poder de decisão.

Art. 4º - No desenvolvimento de suas atividades, a Associação Buriti Arte - não fará qualquer discriminação de raça, etnia, geração, orientação sexual ou religião.

Art. 5º - A atividade da Associação Buriti Arte - será sempre de caráter coletivo e de interesse social, uma vez que mesmo atuando na comercialização dos produtos dos artesãos, agirá como agente catalisador, pois os recursos arrecadados se destinam aos próprios associados e ao desenvolvimento sustentável da Associação e das comunidades da sua área de atuação compreendendo-se o Distrito Industrial da Ilha de São Luís/MA e seu funcionamento será disciplinado por Regimento Interno.

CAPÍTULO II
DOS SÓCIOS
SEÇÃO I
DA ADMISSÃO, DESLIGAMENTO E EXCLUSÃO

Art. 6º - Podem ingressar na Associação Buriti Arte - os artesãos da área do Distrito Industrial da ilha de São Luís/MA, maiores de 18 (dezoito) anos, que concordem com as disposições deste estatuto e que, pela ajuda mútua, desejam contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade.

§ 1º - A Associação Buriti Arte terá um número ilimitado de associados, os quais não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais contraídas pela o Centro de Produção Artesanal Mulheres de Fibra, sendo distribuídos nas seguintes categorias:

- I. Fundadores - aqueles que assinaram a ata de fundação da Entidade;
- II. Contribuintes - aqueles que contribuem financeiramente com a Associação Buriti Arte;
- III. Efetivos - aqueles que ingressaram na Associação posteriormente a sua fundação e tenham prestado relevantes serviços comprovados à Entidade;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
 OP 91/PA: 9786

CANTUÁRIA DE AZULÃO

Região Civil de Processos Jurisdiccionais

MICROFILME nº 33364

IV. Honorários - aqueles que, tendo prestado inestimáveis serviços à Associação, sejam reconhecidos em Assembléia Geral dignos de honraria.

§ 2º - Os sócios honorários estão isentos das contribuições devidas à Entidade e não gozam do direito de votar e ser votado;

§ 3º - A admissão dos associados artesãos será feita mediante solicitação do interessado, em proposta de admissão fornecida pela Associação Buriti Arte, a ser submetida à aprovação da Assembléia Geral;

§ 4º - A admissão poderá ficar condicionada a adesão às determinações do presente estatuto.

Art. 7º - O desligamento dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida ao Presidente da Diretoria, não podendo ser negado.

Art. 8º - A exclusão será aplicada pela Assembléia Geral ao associado que infringir qualquer disposição legal, do Estatuto ou Regimento Interno, depois do mesmo ter sido notificado por escrito.

§ 1º - O associado poderá recorrer da decisão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento da notificação.

§ 2º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembléia Geral, na qual o assunto será incluído na ordem do dia do Edital de Convocação respectivo.

§ 3º - A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não tiver recorrido da decisão, no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 9º - A admissão, desligamento, eliminação ou exclusão se tornará efetiva, mediante termo lavrado no livro ou ficha de matrícula, assinado pelo Presidente da Diretoria e pelo associado.

Art. 10 - Os deveres do associado perduram para os desligados, eliminados e excluídos até que sejam aprovadas, pela Assembléia Geral, as contas do exercício em que se deu o seu desligamento.

SEÇÃO II

DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES.

Art. 11 - São direitos do associado:

- I. Gozar de todas as vantagens e benefícios que a Associação Buriti Arte, venha a conceder, desde que esteja em dias com suas obrigações;
- II. Votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal;
- III. Participar das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas se tratarem;

Quintus

Associação Buriti Arte

CANTARIA DE AZEVEDO
 Instituto Civil de Processos Jurídicos
 MICROFILMS nº 33364

- IV. Apresentar verbalmente ou por escrito, medidas, sugestões que julgar convenientes a fim contribuir com o desenvolvimento da Associação Buriti Arte em todos os setores concernentes às suas finalidades;
- V. Solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da Associação Buriti Arte e propor medidas que julgue de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- VI. Convocar a Assembléia Geral Extraordinária, nos termos e nas condições previstas neste Estatuto;
- VII. Desligar-se da Associação quando lhe convier.

Art. 12 - São deveres do associado:

- I. Exercer sua atividade com dignidade e observância dos princípios éticos e associativos;
- II. Colaborar para o alcance dos objetivos da Associação Buriti Arte;
- III. Observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Diretoria e pela Assembléia Geral;
- IV. Respeitar os compromissos assumidos para com a Associação Buriti Arte;
- V. Manter em dia as suas contribuições;
- VI. Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e para o progresso do Associação Buriti Arte;
- VII. Zelar pelo patrimônio moral e material da Associação Buriti Arte;

Art. 13 - O sócio está sujeito à suspensão dos direitos quando:

- I. Deixar de comparecer a 03 (três) reuniões, e à Assembléia Geral, sem justa causa;
- II. Desacatar a Diretoria e à Assembléia Geral;
- III. Deixar de pagar 05 (cinco) mensalidades consecutivas, sem justificativa;

CAPÍTULO III
 DO PATRIMÔNIO

Art. 14 - O Patrimônio da Associação Buriti Arte será constituído:

- I. Pelas contribuições dos próprios associados, estabelecidas anualmente pela Assembléia Geral;
- II. Pelos bens móveis e imóveis de propriedade da Associação;
- III. Pelos auxílios, contribuições, doações legados e subvenções provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais, destinado a formação e ampliação de seu patrimônio ou a realização de trabalhos específicos;
- IV. Pelas receitas provenientes de prestação de serviços;

Quartius

Stc 09/11/2018

V. Pela taxa de manutenção proveniente da comercialização da produção artesanal dos seus associados e outros, definida no seu regimento interno;

§ 1º Os recursos obtidos pela Associação Buriti Arte - seja qual for a fonte, serão aplicados integralmente na sua manutenção e no alcance de seus objetivos;

§ 2º Os diretores, membros de conselho, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalente não recebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções que lhes sejam atribuídas, pelos respectivos atos constitutivos.

Art. 15 - Em caso de dissolução da Associação Buriti Arte - e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os associados, sendo doada à instituição congênere, legalmente constituída, registrada e com comprovado funcionamento ou a uma Entidade Pública, a critério da Associação Buriti Arte.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 16 - A Associação Buriti Arte será administrada por:

- I - Assembléia Geral
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal.

SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 17 - A Assembléia Geral dos associados é o órgão supremo da Associação Buriti Arte e dentro dos limites legais e deste estatuto, poderá tomar toda e qualquer decisão de interesse para a sociedade.

Art. 18 - A Assembléia Geral é integrada pelos associados, em pleno gozo de seus direitos estatutários, devendo reunir-se ordinariamente duas vezes por ano, no decorrer do primeiro e segundo semestre e, extraordinariamente, sempre que convocada para esta finalidade.

Art. 19 - Compete à Assembléia Geral Ordinária, em especial:

- I - Apreciar e votar o relatório, balanço e contas da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal;
- II - Eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- III - Aprovar o Regimento Interno e suas alterações;
- IV - Estabelecer o valor da contribuição mensal dos associados, para manutenção da Associação;

Quartius

Costa: 31.88

CAETUÁRIA DE ...
 Reg. Civil de Pessoas Jurídicas
 MICROFILME nº 33364

V - Definir o percentual a ser cobrado na comercialização dos produtos dos associados e outros, a título de taxa de administração;

VI - Apreçar e votar as propostas para aquisição, alienação e hipoteca ou permutação dos bens patrimoniais.

Art. 20 - Compete à Assembleia Geral extraordinária, em especial:

I - Deliberar sobre a dissolução voluntária da Associação Buriti Arte - e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas;

II - Decidir sobre a mudança do objetivo e sobre a reforma do estatuto social;

III - outros assuntos de interesse da Associação, que tenham caráter emergencial.

Art. 21 - É da competência da Assembleia Geral, ordinária e extraordinária, a destituição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, em conformidade com as determinações legais e deste estatuto.

Parágrafo Único - Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da Associação Buriti Arte - a Assembleia poderá designar conselheiros de administração ou fiscais provisórios, até a posse de novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 22 - Qualquer Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, instalar-se-á, em primeira convocação com a presença de, no mínimo 2/3 (dois terços) do número de associados com direito a voto e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de associados com direito a voto.

§ 1º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes, excetuando-se nos casos previstos no artigo 21, em que é exigida a maioria de 2/3 (dois terços) dos presentes.

§ 2º - Os associados comparecerão às Assembleias Gerais pessoalmente, não sendo admitido o voto por procuração.

Art. 23 - A Assembleia será normalmente convocada pelo Presidente da Diretoria, mas se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada por qualquer outro membro da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, através de requerimento.

Art. 24 - A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, mediante Edital de Convocação fixado na sede da Associação Buriti Arte e em lugares públicos mais frequentados pelos associados.

Art. 25 - Cada associado terá direito a um só voto e a votação, em regra, será feita por aclamação. A Assembleia Geral pode, no entanto, optar pelo voto secreto, atendendo-se então às normas usuais.

Art. 26 - O que ocorrer nas reuniões de Assembleia Geral deverá constar de ata, aprovada e assinada pelos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal presentes, por

Assinatura

Assinatura

CANTARIA DE ARVEDO
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 MICROFILMS nº 33364

uma comissão de cinco (5) associados designados pela Assembleia Geral e, ainda, por quantos o queiram fazer.

SEÇÃO II DA DIRETORIA

Art. 27 - A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros.

§ 1º - O mandato da diretoria será de 2 (dois) anos, vedada mais de uma reeleição consecutiva.

§ 2º - Os membros da Diretoria exercerão seus cargos sem nenhuma forma de remuneração.

§ 3º - Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Associação **Buriti Arte**, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

§ 4º - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por Lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime, falimentar, de prevaricação, suborno, peculato, concussão ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

Art. 28 - A Diretoria rege-se pelas seguintes normas:

I - Reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria dos demais membros da Diretoria ou ainda por solicitação do Conselho Fiscal;

II - As deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas em Livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas ao final dos trabalhos pelos membros presentes.

Art. 29 - Compete a Diretoria, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, atendidas as decisões ou recomendações da Assembleia Geral, planejar e fixar normas para as operações e serviços da Associação - e controlar os resultados.

§ 1º - No desempenho das suas funções, cabem-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da Associação;

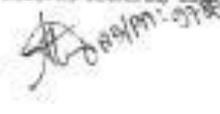
II - Analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimentos;

III - Propor a Assembleia Geral o valor da contribuição mensal dos associados e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;

IV - Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandamentos;

V - Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembleia Geral;

VI - Manter Convênios com Entidades Públicas e Privadas, nas esferas federal, estadual e municipal, e com Entidades não governamentais;

Assinatura  29/11/2018

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
 Rua... Casa de Passagem Jurídica
 MICROFILME nº 33364

VII - Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações tomadas pela Assembléa Geral;

VIII - Deliberar sobre a convocação da Assembléa Geral;

IX - Apresentar à Assembléa Geral ordinária o relatório e as contas de sua gestão, balanço financeiro e patrimonial, bem como o parecer do Conselho Fiscal.

Art. 30 - Ao Presidente compete:

I - representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;

III - convocar e presidir a Assembléa Geral;

IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

V - assinar, com o primeiro tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;

VI - Empossar os novos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal eleitos;

VI - Autorizar os pagamentos e verificar frequentemente o saldo de "caixa";

VII - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e as Assembléas Gerais;

VIII - Abrir e fechar os termos dos livros usados pela Associação e rubricá-los;

IX - Apresentar à Assembléa Geral, o relatório e o balanço anuais, bem como o parecer do Conselho Fiscal;

X - Tomar todas as decisões administrativas, legais, fiscais e parafiscais não previstas neste Estatuto, sempre ouvindo os demais membros da Diretoria;

Art. 31 - São atribuições do Vice-Presidente:

I - Substituir o Presidente em seus eventuais impedimentos;

II - Assumir o mandato em caso de vacância do cargo, até o seu término;

III - Auxiliar e colaborar com o Presidente, desempenhando as atribuições que este atribuir-lhe.

Art. 32 - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

I - Substituir o Vice-Presidente em suas faltas ou impedimentos e sucedê-lo em caso de vacância do cargo;

II - Zelar para que a contabilidade da Associação Buriti Arte, mantida em ordem e em dia;

III - Ter sob tutela os valores da Associação Buriti Arte, bem como papéis e documentações financeiras ou não;

IV - Assinar, juntamente com o Presidente, cheques bancários e autorizações de despesas e/ou documentos que envolvam responsabilidades financeiras; aberturas de contas em qualquer estabelecimento bancário, com recebimentos de talões e cartão magnético;

V - Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e doativos, mantendo em dia a escrituração;

Adriano *AS*
 CAIXA
 01/86 8

CANTUÁRIA DE ABBYED
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 MICROFILME nº 33364

- VI - Manter todo numerário em estabelecimento de crédito;
- VII - Apresentar relatórios financeiros, de receitas e despesas, bem como o balancete, para ser submetido ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral;
- VIII - Emitir recibos e dar quitações, conferir ou impugnar contas e cálculos da entidade e a ela relativos;
- IX - Proceder ou mandar proceder à escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- X - Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou de responsabilidade da Associação;

Art. 33 - São atribuições do Segundo Tesoureiro:

- I - Substituir o Primeiro Tesoureiro em seus eventuais impedimentos;
- II - Assumir o mandato em caso de vacância do cargo, até o seu término;
- III - Auxiliar e colaborar de modo geral com o Primeiro Tesoureiro.

Art. 34 - Compete ao Primeiro Secretário:

- I - Secretariar, lavrar ou mandar lavrar as atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, tendo sob responsabilidade os respectivos livros;
- II - Registrar as atividades da Diretoria e a execução das suas resoluções;
- III - Elaborar ou mandar elaborar a correspondência, relatórios, planos de trabalho e outros documentos análogos;
- IV - Divulgar todas as notícias de atividades desenvolvidas pela Associação;
- V - Manter o livro de registro de patrimônio da entidade, nele lançando aquisições, doações, alienações e baixas;

Art. 35 - São atribuições do Segundo Secretário:

- I - Substituir o Primeiro Secretário em seus eventuais impedimentos;
- II - Assumir o mandato em caso de vacância do cargo, até o seu término;
- III - Auxiliar e colaborar de modo geral com o Primeiro Secretário.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 - A Associação Buriti Arte terá um Conselho Fiscal, constituído por 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos em Assembléia Geral juntamente com a Diretoria, na forma deste Estatuto, limitando-se a sua competência à fiscalização da gestão financeira e do patrimônio da Associação.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria, permitida a reeleição por mais um mandato.

Ass. Buriti Arte
 DANIELA
 03/08/08

CANTARIA DE AZEVEDO
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 MICROFILME nº 33364

§ 2º - Os suplentes serão chamados a substituir os efetivos, nas vagas ou impedimentos destes por prazo superior a 60 (sessenta) dias.

§ 3º - Em sua primeira reunião, o Conselho Fiscal escolherá, dentre os membros efetivos, um coordenador e um secretário, entre os seus próprios membros efetivos.

§ 4º - Os membros do Conselho Fiscal não poderão acumular cargos na Diretoria.

§ 5º - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 06 (seis) meses, e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 37 - Compete ao Conselho Fiscal, em especial:

I - Examinar, assiduamente, a escrituração e o estado administrativo e financeiro da Associação Buriti Arte;

II - Opinar sobre a aquisição e alienação de bens para a Associação;

III - Verificar se os atos da Diretoria estão em harmonia com a lei e com o Estatuto Social e se não são contrários aos interesses dos associados;

IV - Convocar Assembléia Geral quando ocorrerem motivos graves ou urgentes;

V - Apraçar e dar parecer, por escrito, sobre o relatório, os balanços e Inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria.

CAPÍTULO V DA ELEIÇÃO

Art. 38 - As Eleições para a Diretoria e para o Conselho Fiscal serão convocadas através de Edital a ser fixado 30 (trinta) antes do término dos mandatos, e dar-se-á por votação direta e secreta, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito, através de votação em Assembléia Geral.

§ 1º - O Edital de Convocação constará obrigatoriamente da data de eleição e horário de votação; prazo de registro da chapa; prazo de impugnação de chapa; e critérios de resultados.

§ 2º - Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria dos votos dos sócios presentes às eleições.

§ 3º - Para exercer o direito de voto, é necessário que o associado esteja quite com suas obrigações sociais e tenha se associado no mínimo até 01 (um) anos antes da convocação da eleição.

CAPÍTULO VI DA CONTABILIDADE

Art. 39 - A contabilidade da Associação Buriti Arte obedecerá às disposições legais ou normativas vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em perfeita ordem e em dia.

20/01/08
5788

Azevedo

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 MICROFILME nº 33364

Parágrafo Único - As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço geral será levantado até 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO

Art. 40 - A Associação Buriú Arte - será dissolvida por vontade manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para esse fim, observado o disposto no artigo 20 deste Estatuto, quando se tornar impossível a continuidade de suas atividades.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 41 - É vedada a remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 42 - A Associação Buriú Arte - não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de participação no seu trabalho, aplicando integralmente o "superávit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Art. 43 - Este Estatuto Social poderá ser reformado, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante deliberação tomada em Assembléia Geral, observando o disposto neste estatuto, entrando em vigor na data do seu registro em Cartório.

São Luís/MA, 23 de abril de 2008.

Ana Regina Moutão Martins
 Presidente

CPF:

Alexandra Du Valencio Costa Batista
 Advogado

Inscrição OAB: 9786 OAB/PA

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
 REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
 A LA CARTARIA NORA, AZEVEDO FOI EM 14/05/2008
 HABILITADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
 MICROFILME SOB O Nº 33364
 São Luís, 14 MAI 2008

Dr. José Tasso Cavalcanti de Almeida
 Diretor

Willy Maria Aguiar de Almeida
 José Tasso Cavalcanti de Almeida
 Maria Dulce Moutão Gomes
 Sebastião
 Maria Cláudia dos Reis
 Cassiano



CONFORME COM O N.º DO DE FISCALIZAÇÃO